ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 072 – “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO DR. ANTÔNIO AZAMBUJA (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Invocando a proteção de Deus, e havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão e suspendo-a por quinze minutos. (SUSPENSA A SESSÃO ÀS 09:01 HORAS E REABERTA ÀS 09:38 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Declaro reaberta a presente Sessão.

Solicito aos nobres Deputados José Domingos Fraga e Dr. Antônio Azambuja que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS JOSÉ DOMINGOS FRAGA E DR. ANTÔNIO AZAMBUJA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO – Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) – “Ofício nº 86/2013, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, em resposta às Indicações nºs 697 e 698/2013, de autoria do Deputado Walter Rabello; Ofício nº 464/2013, da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, em resposta à Indicação nº 36/2013, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; Ofício nº 588/2013, da Secretaria de Estado de Fazenda, em resposta à Indicação nº 386/2013, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; Ofício nº 103/2013, da Secretaria de Estado de Segurança Pública/Corpo de Bombeiros Militar, em resposta à Indicação nº 920/2013, de autoria do Deputado Marcio Pandolfi; Ofícios da Secretaria de Estado de Segurança Pública nºs 1.851, 2.076, 1.876 e 2.083/2013, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs: 852/2013, de autoria do Deputado Riva; 1.025/2013, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; 601 e 252/2013, de autoria do Deputado Dr. Antônio Azambuja; Ofício nº 147/2013, da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A-EMPAER, em resposta à Indicação nº 999/2013, de autoria do Deputado Ezequiel Fonseca; Ofício nº 383/2013, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar/Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, em resposta à Indicação nº 859/2013, de autoria do Deputado Riva; Ofício nº 521/2013, do Senado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Federal/Gabinete do Senador Jayme Campos, em resposta à Indicação nº 2.191/2013, de autoria do Deputado Riva; Telegrama do Senado Federal/Gabinete do Senador Blairo Maggi, em resposta à Indicação nº 1.017/2013, de autoria do Deputado Walter Rabello; Ofícios do Banco do Brasil nºs 0006 e 39/2013, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 778/2013, de autoria do Deputado Alexandre Cesar; 598/2013, de autoria do Deputado Riva; Ofícios da empresa de telefonia Claro nºs 04.055 e 04.057/2013, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 466 e 456/2013, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; Ofício nº 39713/2013, da empresa de telefonia OI, em resposta à Indicação nº 591/2013, de autoria do Deputado Dr. Antônio Azambuja.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Teté Bezerra.

Sr. Presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar uma Indicação de interesse ao Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, mostrando a necessidade não só da retirada dos postes da MT-241, como também da sua recuperação para que o direito de ir e vir da população que mora ao longo da MT-241 possa ser garantido.

INDICAÇÃO: Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, a necessidade urgente de retirada dos postes de alta tensão localizados às margens da MT-241, entre o Distrito de Bom Jardim e o Município de Nobres.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, informando a necessidade urgente de retirada dos postes de alta tensão localizados às margens da MT-241, entre o Distrito de Bom Jardim e o Município de Nobres.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa que tem por objetivo indicar ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, a necessidade urgente de retirada dos postes de alta tensão localizados às margens da MT-241, entre o Distrito de Bom Jardim e o Município de Nobres.

A presente Indicação tem por finalidade requerer que seja providenciada a urgente retirada dos postes de alta tensão que margeiam a MT-241, em trecho dessa rodovia que deveria estar em obras de pavimentação, mas que tem seu início dificultado justamente em decorrência desses postes.

Essas obras de pavimentação são fruto de emendas parlamentares e de recursos via PRODETUR, haja vista serem referentes a contratos celebrados ainda em 2012.

É preciso frisar que a estagnação dessas obras, ainda não iniciadas, gera transtornos para toda a região e questionamentos políticos sérios, em virtude da evidente falta de vontade política do Empreiteiro em iniciar tais obras, que deveriam partir do Município de Nobres e ir em direção ao Distrito de Bom Jardim, mas ele tem feito justamente o sentido inverso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Diante disso, nobres Pares desta Casa de Leis, indicamos a necessidade de dar prosseguimento a essas obras tão fundamentais para levar progresso e desenvolvimento aos cidadãos que se utilizam das vias citadas como forma de garantir tranquilidade e segurança para o transporte de pessoas e para o escoamento da produção local, beneficiando a todo o Estado.

Dessa feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA – PSD.

Sr. Presidente, apresento também um Projeto de Lei de nossa autoria.
PROJETO DE LEI:

Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.850, de 18 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direito - ITCD.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fulcro no art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 7.850, de 18 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** (...);

I - (...)

(...)

d) de imóvel urbano, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 1.500 (mil e quinhentas) UPF/MT, vigente à data da avaliação, desde que o recebedor seja ascendente, descendente, cônjuge, ou a ele equiparado, do transmitente, não seja proprietário de outro imóvel e não receba mais do que um imóvel, por ocasião da transmissão.

e) de imóvel rural, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 2.000 (duas mil) UPF/MT, vigente à data da avaliação, desde que o recebedor seja ascendente, descendente, cônjuge, ou a ele equiparado, do transmitente, não seja proprietário de outro imóvel e não receba mais do que um imóvel, por ocasião da transmissão.

II - (...)

(...)

d) de bem imóvel urbano ou rural, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 1.500 (mil e quinhentas) UPF/MT, vigente à data da avaliação, com matrícula oriunda de área pública, nos casos de legitimação de posse, quando se tratar do seu primeiro registro de direito real.

III – Também ficam isentas as transmissões *causa mortis* e sobre doação, de quaisquer bens ou direitos, seja qual for o seu valor, feitas as entidades declaradas de utilidade pública estadual, cujos objetivos sociais sejam vinculados à promoção dos direitos humanos, da cultura, da preservação do meio ambiente, à promoção das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos, das crianças e adolescentes.

a) O reconhecimento da isenção de que trata o inciso III, acima transcrito, deverá ser feito, em conjunto, pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e, conforme a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

natureza da entidade beneficiada, pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH ou pela Secretaria de Estado de Cultura - SEC, ou pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, ou pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS.

Parágrafo único Os imóveis rurais ou urbanos, objetos de transmissões *causa mortis* e doação, cujos valores sejam superiores aos definidos no inciso I, alíneas “d” e “e”, bem como no inciso II, alínea “d” deste artigo, serão beneficiados com a isenção até o limite expresso nos referidos dispositivos, cabendo ao recebedor o pagamento da diferença.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo Estadual.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de lei, cujo objetivo é acrescentar e alterar dispositivos da Lei nº 7.850, de 18 de dezembro de 2002, como forma de aprimorar a referida lei e, assim, garantir um atendimento social mais justo e equilibrado, mediante a isenção do pagamento do ITCD referente aos imóveis urbanos e rurais, nos seguintes casos:

TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS

1. imóvel urbano, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 1.500 UPF/MT, vigente à data da avaliação, desde que o recebedor seja ascendente, descendente ou cônjuge, ou a ele equiparado, do transmitente, não seja proprietário de outro imóvel e não receba mais do que um imóvel, por ocasião da transmissão.

2. imóvel rural, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 2.000 UPF/MT, vigente à data da avaliação, desde que o recebedor seja ascendente, descendente ou cônjuge, ou a ele equiparado, do transmitente, não seja proprietário de outro imóvel e não receba mais do que um imóvel, por ocasião da transmissão.

DOAÇÃO

3. imóvel urbano ou rural, cujo valor não ultrapasse o equivalente a 1.500 UPF/MT, vigente à data da avaliação, com matrícula oriunda de área pública, nos casos de legitimação de posse, quando se tratar do seu primeiro registro de direito real.

Outra modificação trazida pelo projeto em tela foi a extensão da isenção para as transmissões *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos, seja qual for o seu valor, as entidades declaradas de utilidade pública estadual no cumprimento de sua finalidade sociais cujos objetivos sejam vinculados à promoção dos direitos humanos, da cultura, da preservação do meio ambiente, à promoção das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos, das crianças e adolescentes.

Tal alteração se justifica, porque a Lei nº 7850/2002 deixou de contemplar grande parcela de entidades que atuam permanentemente para erradicar a marginalização, ajudar e promover os direitos das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos.

Dessa forma, o presente Projeto visa permitir que, além da não incidência do Art. 5º, alínea “e” da Lei n.º 7850/2002, que beneficia instituições educacionais e de assistência social sem fins lucrativos, incluir outras categorias, como as defensoras dos direitos humanos, da cultura, da preservação do meio ambiente, à promoção das pessoas portadoras de deficiência, dos idosos, das crianças e adolescentes, independente do valor da doação.

Por fim, o Projeto, em tela, permite para os casos de imóveis, rurais ou urbanos, objetos de transmissões *causa mortis* e doação, cujos valores sejam superiores aos definidos no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

inciso I, alíneas “d” e “e”, bem como, no inciso II, alínea “d”, do art. 6º, serão isentos até o limite expresso nos referidos dispositivos, cabendo ao recebedor o pagamento da diferença.

Diante disso, e pelos motivos aqui expostos, conto com o apoio dos nobres colegas de Parlamento à aprovação deste projeto de lei para alterar a Lei nº 7850, de 18 de dezembro de 2002.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA – PSD.

Essa aqui é uma reclamação constante que deparamos com ela quando há uma transmissão de bens, ou por herança, de pessoas pobres que não têm condições de pagar o ITCD e quando só tem um imóvel.

Então, estamos propondo que haja isenção para quem tem um imóvel que corresponda até 1.500 UPFs, porque o ITCD é o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis de pai para filho em caso de falecimento, de herança ou doação. E esse custo hoje, cobrado pelos Estados, é muito mais alto do que o ITBI, que está em média de 2%, enquanto o ITCD, hoje, é 4%.

Nós entendemos que se faz necessário para quem tem um imóvel só no valor de cento e cinquenta mil reais... Até cento e cinquenta mil reais, praticamente, ele fica isento. E na zona rural quem tem um imóvel até o valor de 2.000 UPFs, ou seja, em torno de duzentos mil reais, que também possa estar isento.

Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitar este momento para parabenizar, mais uma vez, o Município de Nossa Senhora do Livramento que ontem completou 283 anos de emancipação político-administrativa, de muita luta e de muito sofrimento.

Nossa Senhora do Livramento é um dos municípios mais antigos do Estado de Mato Grosso, tem a mesma idade, praticamente, da Capital do Estado e, hoje, ainda tem os piores indicadores sociais e econômicos. E, por incrível que pareça, continua sendo penalizado por falta de políticas públicas mesmo estando no entorno da Grande Cuiabá.

E ontem, por ocasião da celebração do aniversário do município, onde foi realizada uma Sessão Solene, praticamente, eles passaram o dia inteiro sem energia. Na hora da realização do evento, também, não teve energia, realizou-se 100% dos eventos à luz de vela.

Eu estava presente, juntamente com o Deputado Dr. Antônio Azambuja, representando a Assembleia Legislativa, e, por incrível que pareça, deparamos com um povo humilde, um povo, em que pese o seu sofrimento, alegre e acolhedor, mas, sequer a CEMAT colaborou.

Além do calor intenso, tinha um calor humano muito forte da população, extremamente ordeira e feliz, em que pese o quadro de abandono, mesmo estando bem próximo da Capital do Estado.

E eu, Deputado Sebastião Rezende, mesmo sendo mato-grossense, não conhecia a realidade da Baixada Cuiabana. Ultimamente, tenho andado muito no interior do Estado de Mato Grosso, na Baixada Cuiabana, e, por incrível que pareça, os indicadores sociais e econômicos, o sofrimento, a falta de logística e de infraestrutura é muito maior do que um município que está a 1.000 quilômetros de distância da Capital do Estado.

Então, o Governador do Estado, Silval Barbosa, tem um olhar clínico, um olhar totalmente diferenciado, tem que ter políticas públicas que possa fazer a inserção econômica e social...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, a ilustre Deputada Teté Bezerra, que dispõe de três minutos.

A SR^a TETÉ BEZERRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada.

Sr. Presidente, no dia de ontem, em Brasília, estive reunida numa ação do nosso Partido, PMDB, na escolha do Diretório Nacional do PMDB Mulher. Estavam presentes ali mais de 1.000 mulheres de todo País, de todos os Estados brasileiros. Mato Grosso se fez presente não só com as delegadas, mas com uma comitiva de mais de 40 pessoas que estiveram representando Mato Grosso naquele encontro. E naquela oportunidade fui eleita Vice-Presidente do Centro-Oeste do PMDB Mulher.

Mas o que eu gostaria de ressaltar é que no mesmo momento em que realizávamos essa Convenção Nacional estava acontecendo no Palácio da República uma reunião com a Presidente Dilma Rousseff, o Deputado Federal Carlos Bezerra, o Senador Romero Jucá, que é o Relator da Emenda Constituição nº 72, que foi conhecida no Brasil como a PEC das Domésticas, e também a Ministra Gleisi Hoffmann, como também a Ministra do Planejamento. Lá foi discutida, Sr. Presidente, a questão da Proposta de Emenda, a PEC, não mais Proposta de Emenda, mas a Emenda Constitucional nº 72, que fala dos direitos trabalhistas concedidos aos empregados domésticos de uma maneira geral.

Eu gostaria de lembrar que no Brasil são mais de 7 milhões de brasileiros que serão contemplados com essa Lei, que existem alguns desafios ainda para serem realizados e cumpridos, sendo um deles a questão da informalidade.

Na profissão existe uma grande informalidade e dos 7 milhões, aproximadamente, apenas 5 milhões de brasileiros estão na situação formal. Em Mato Grosso mesmo nós temos mais de 110 mil profissionais nesta área, e apenas 40% estão na formalidade. O grande problema é estar na informalidade. Então, como garantir direitos a esses trabalhadores se esse trabalhador não estiver na formalidade, não estiver em condições de receber os benefícios trabalhistas concedidos por esta Emenda Constitucional.

Mais uma questão. Nesse mesmo Congresso foi apresentada uma solicitação ao Senador Romero Jucá, que é o Senador Relator dessa proposta que se encontra hoje no Senado, para que o Senador não modificasse e mantivesse todos os avanços sociais conquistados pela Emenda Constitucional votada pelo Congresso Nacional.

Foi encaminhado ao Senador Romero Jucá, com assinatura de mais de 300 mulheres Vereadores, Prefeitas, Líderes Sindicais, Presidentes de Partidos, Deputadas Federais, Deputadas Estaduais, Senadoras do PMDB, que encaminharam ao Senador Romero Jucá a manutenção dos direitos concedidos a esta categoria importante de trabalhadores brasileiros, que foi concedido pelo Congresso Nacional na votação da proposta de Emenda Constitucional nº 72.

Então, nós gostaríamos de registrar e dizer que isso é muito importante para os trabalhadores brasileiros, que o Deputado Federal Carlos Bezerra, como autor da proposta de Emenda, esteve presente por mais de duas horas, junto com a Presidente Dilma Rousseff, participando das negociações e a Presidente Dilma Rousseff foi extremamente firme ao solicitar do Senador Romero Jucá que não permitisse em seu relatório qualquer retrocesso com relação aos direitos trabalhistas conquistados.

Era apenas isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR)- Com a palavra o ilustre Deputado Dr. Antônio Azambuja.

O SR. DR. ANTÔNIO AZAMBUJA – Sr. Presidente e colegas Deputados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Eu tinha pedido vista do Projeto de Lei nº 101/2013, Mensagem nº 18/2013, que cria o Fundo Estadual Sobre Drogas de Mato Grosso – FEA/MT e dá outras providências e quero apresentar um substitutivo integral em virtude de que em vários pontos da Mensagem do Governo ele coloca as prioridades, as necessidades onde o Fundo atenderá, mas também coloca a utilização dos recursos desse Fundo para repressão e para outros fins que eu não entendo sendo necessário e aportado pelo tratamento antidrogas.

SUBSTITUTIVO INTEGRAL:

Substitutivo Integral ao Projeto de Lei nº 101/2013 que cria o Fundo Estadual sobre Drogas de Mato Grosso – FEA/MT e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I
DO FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS DE MATO GROSSO – FEA/MT

Seção I
Da criação

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso - SEJUDH, com natureza contábil, o Fundo Estadual sobre Drogas, com a denominação FEA/MT.

Seção II
Dos Objetivos

Art. 2º O FEA/MT tem como objetivo captar e administrar recursos financeiros destinados à prevenção ao consumo, tratamento, recuperação e reinserção social do dependente químico, redução de danos sociais à saúde provocados por substâncias psicoativas, estudos e pesquisas de temas relativos às drogas.

Art. 3º O Fundo Estadual sobre Drogas - FEA/MT, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, tem como objetivos, ainda:

I – fomentar projetos de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento e recuperação sobre drogas;

II – fomentar programas e projetos de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitárias que abordem a temática relacionada às drogas;

III – apoiar o custeio de entidades sociais que desenvolvam atividade de tratamento, recuperação, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas;

IV – incentivar a realização de programas de prevenção e conscientização ao tráfico de drogas;

V – apoiar ações desenvolvidas por entidades sociais constituídas de grupos de apoio para atendimento a usuários de drogas e seus familiares;

VI – apoiar com ajuda de custo para participação de representantes do Estado em eventos internacionais e nacionais voltados à qualificação ou aperfeiçoamento sobre drogas;

VII – estimular programas de ações de redução de danos sociais e à saúde causada pelo consumo ou uso de drogas;

VIII – fomentar programas e projetos de reinserção social e ocupacional do dependente químico;

IX – fomentar programas e projetos de estudos, pesquisas e avaliações sobre drogas, notadamente extensão do consumo e sua evolução, a prevenção do uso indevido, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, observando os preceitos éticos;

X – apoiar investimentos fixos, materiais permanente e de consumo de instituições e organizações que trabalham diretamente com a drogadicção;

XI – apoiar a aquisição de móveis, equipamentos e materiais permanentes para uso das entidades sociais que atuam diretamente com a drogadicção, mediante comodato.

Seção III Dos Recursos

Art. 4º Constituem receitas do FEA/MT:

I – recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II – recursos provenientes de convênios, acordos, contribuições, subvenções, ajustes, auxílio, doações de organismos públicos e/ou privados, nacionais e internacionais, bem como de pessoas físicas e/ou jurídicas;

III – recursos oriundos da arrecadação de insumos químicos, valores em espécie, tutela cautelar, multas, bens móveis, imóveis ou numerários oriundos de perdimento dos bens decorrentes de condenação criminal, medidas educativas e penas restritivas de direitos convertidas em espécie, nos crimes relacionados às drogas;

IV – doações de organismos e/ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

V – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da lei;

VI – transferências de recursos do Fundo Nacional sobre Drogas – FUNAD para o FEA/MT, mediante convênios e ajustes;

VII – outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.

Parágrafo único Os recursos que compõem o FEA/MT serão depositados em conta bancária específica e os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do FEA/MT.

Seção IV Da Destinação dos Recursos

Art. 5º A receita do FEA/MT será destinada para a execução de:

I – programas e projetos de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento e recuperação sobre drogas;

II – programas e projetos de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária que abordem a temática relacionada às drogas;

III – custeio de entidades sociais que desenvolvam atividade de tratamento, recuperação, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas;

IV – programas e projetos de prevenção ao tráfico de drogas;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

V – ações desenvolvidas por entidades sociais constituídas de grupos de apoio para atendimento a usuários de drogas e seus familiares;

VI – ajuda de custo para participação de representantes do Estado em eventos internacionais e nacionais voltados à qualificação ou aperfeiçoamento sobre drogas;

VII – ações de redução de danos sociais e à saúde causados pelo consumo ou uso de drogas;

VIII – programas e projetos de reinserção social e ocupacional do dependente químico;

IX – programas, projetos de estudos, pesquisas e avaliações sobre drogas, notadamente a extensão do consumo e sua evolução, a prevenção do uso indevido, tratamento, reabilitação, redução de danos, reinserção social e ocupacional, observando os preceitos éticos;

X – aquisição de móveis, equipamentos e materiais permanentes para uso das entidades sociais que atuam diretamente com a drogadicção, mediante comodato.

Art. 6º O repasse de transferência e recursos do FEA/MT para os projetos e programas se processará mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria.

§ 1º Constitui pré-requisito para apresentação de projetos:

I – ser pessoa jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos;

II – estar cadastrado na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH;

III – estar atuando no mínimo 1 (um) ano;

IV – apresentar projeto de trabalho, com demonstrações de objetivo, finalidade, público alvo, metas e impactos gerados de acordo com as normas legais e aplicáveis à espécie; e

V – discriminação, especificação e detalhamento de despesas e documentações formais.

§ 2º As propostas para realização de palestras educativas sobre drogas devem advir de pessoa física ou jurídica de direito público ou privado sem fins lucrativos, cadastrado na Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, acompanhadas de documentações pessoais e demais e comprovações em nome do palestrante.

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FEA/MT

Art. 7º O Fundo Estadual sobre Drogas – FEA/MT será operacionalizado como Unidade Gestora da Unidade Orçamentária da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH.

CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

Art. 8º Corresponde obrigação do FEA/MT o pagamento do valor aprovado pelo Conselho Gestor.

Parágrafo único O pagamento será feito em parcelas, em conformidade com o cronograma físico e financeiro do projeto/proposta, creditado diretamente em conta bancária.

CAPITULO IV
DA GESTÃO DO FEA/MT
Seção I
Do Conselho Gestor

Art. 9º O FEA/MT será subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, com função consultiva e deliberativa.

§ 1º A aplicação dos recursos do FEA-MT será submetida à prévia aprovação do Conselho Gestor.

§ 2º A SEJUDH deverá observar as diretrizes nacionais e estaduais de política pública sobre drogas.

Art. 10 Compete ao Conselho Gestor do Fundo Estadual sobre Drogas FEA/MT:

I – fixar as diretrizes operacionais do FEA/MT;

II – analisar, decidir e definir o plano de aplicação dos recursos financeiros;

III – manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do FEA/MT;

IV – manter o controle dos bens patrimoniais do FEA/MT;

V – encaminhar anualmente ao Tribunal de Contas do Estado relatórios de demonstrações de receitas e despesas e inventário dos bens móveis e imóveis, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Parágrafo único Os bens adquiridos com recursos do FEA/MT a integram a cargo da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O suporte técnico-administrativo necessário para o funcionamento do FEA/MT será prestado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir conta específica do FEA/MT e proceder a alterações orçamentárias pertinentes a esta lei.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos através de deliberação do Conselho Gestor, cujas resoluções deverão ser assinadas pelo seu respectivo Presidente e publicadas em *Diário Oficial*.

Art. 14 O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação desta lei.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual nº 9.590, de 11 de julho de 2011.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Substitutivo objetiva promover adequações à Mensagem nº 18/2013, do Governo do Estado, que propõe a criação do Fundo Estadual sobre Drogas de Mato Grosso-FEA e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Após leitura minuciosa do texto verifica-se que a hermenêutica do projeto de lei busca captar e administrar recursos financeiros destinados ao drogadicto quanto à prevenção, consumo, tratamento clínico, recuperação, reinserção social, redução de danos provocados pelo consumo de substâncias psicoativas, estudos e pesquisas relacionadas às drogas.

Todavia, verifica-se que no texto da mensagem inclui ações destinadas à repressão das drogas, em desacordo com o objetivo do projeto, conforme suprainformado, razão pela qual deve ser retirado do texto legal.

Ademais, o Fundo Estadual sobre Drogas será criado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, de forma que a repressão não é de sua competência e sim da Secretaria de Estado de Segurança Pública, que possui as Polícias (Civil e Militar) sob sua responsabilidade.

Esta é a síntese necessária para justificar o presente Substitutivo Integral.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - PP

Eu acho que quando criamos um Fundo para amparar as pessoas, seja por álcool, seja por qualquer tipo de entorpecente, o governo tem que usar o dinheiro do Fundo para resgatar essas pessoas e inseri-las no mercado e não para custear despesas gastas com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com infraestrutura.

Se é um Fundo, tem que ser com direcionamento específico, Deputado Sebastião Rezende. Eu sei da luta de Vossa Excelência com essa questão para combatermos e ajudar a recuperar as pessoas do nosso Estado, mas não podemos permitir a criação de um Fundo que já sai carimbado que o governo pode usar o dinheiro de qualquer forma.

Não concordo com isso e por isso apresento o substitutivo integral.

Também apresento um Projeto de Lei, que já existe no Rio de Janeiro, que dispõe sobre a criação de Programa de Saúde do Coração Itinerante no âmbito do Estado de Mato Grosso.

PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre a criação do Programa
Saúde do Coração Itinerante no
âmbito do Estado de Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Saúde do Coração Itinerante.

Art. 2º O Programa que se refere o art. 1º visa atender a população de baixa renda sem condições de realizar exames cardíacos fundamentais para identificação de alguma anomalia, além da prevenção a infartos e outras complicações relacionadas ao coração.

Art. 3º O veículo de transporte a ser utilizado será uma carreta, especialmente adaptada para esta finalidade, que irá percorrer bairros e municípios do Estado, seguindo cronograma a ser traçado pelo órgão ao qual estará subordinado, definindo data, horário e local para a realização dos respectivos exames, conforme a capacidade de atendimento.

Parágrafo único A carreta deverá ser equipada com eletrocardiograma, ecocardiograma, teste ergométrico, e aparelhos para avaliação de glicemia, colesterol, circunferência abdominal e peso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 4º Deverá ser formada uma equipe multiprofissional, contando com médicos, enfermeiros, assistentes sociais e nutricionistas, que não só atenderão os pacientes, como prestarão o serviço de informação das possíveis causas de problemas cardíacos.

Art. 5º Esta lei será regulamentada de acordo com o disposto na E.C nº 19 de 2001.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As doenças cardíacas são responsáveis no mundo por um terço do total de mortes e se tornam um problema de saúde pública de primeira grandeza. Podem ser prevenidas evitando-se ou mantendo-se sob controle os seus principais fatores de risco: a obesidade, o tabagismo, o colesterol alto, o diabetes, o estresse e a hipertensão arterial. Cuidando da dieta (pobre em gorduras e em sal), fazendo exercícios físicos e evitando o estresse, já se está em um bom caminho para evitar os problemas do coração.

De acordo com Raul D. Santos, Vice-Presidente do Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia, as doenças do aparelho circulatório são a principal causa de mortalidade para todas as idades em nosso país, destacando-se os acidentes vasculares cerebrais e a doença coronária.

No mundo, segundo I. Martin, médico responsável pela área das doenças cardiovasculares na Organização Mundial de Saúde (OMS), são 15 milhões de mortes por ano, correspondendo a 30% do total mundial de óbitos. “Isoladamente, os acidentes vasculares cerebrais causaram em 1997 cerca de 25% dos óbitos de causas vasculares. Entretanto, se somarmos infarto do miocárdio com doença isquêmica do coração, manifestações da mesma doença, veremos que a aterosclerose coronária foi responsável por 33% das mortes”.

De acordo com o Dr. Raul, o principal fator de risco para os acidentes vasculares cerebrais é a hipertensão arterial. “Já em relação à doença coronária, uma série de fatores são considerados predisponentes. Dentre eles podemos citar o colesterol, a hipertensão arterial, o tabagismo, o diabetes mellitus, níveis baixos de HDL-colesterol, a menopausa, homens acima dos 45 anos, história familiar precoce para aterosclerose (abaixo dos 55 anos e 65 anos para respectivamente parentes diretos do sexo masculino e feminino) e a obesidade”.

Segundo Martin, dois terços das mortes decorrentes de doenças cardiovasculares ocorrem em países em desenvolvimento. Esses países, entre eles o Brasil, apresentam um número de mortes por doenças cardiovasculares duas vezes maior do que os países desenvolvidos. No Brasil, estas doenças situam-se mesmo como a mais importante causa de morte: 27% dos óbitos ocorridos em 1994 decorreram de problemas de coração.

A intenção de Martin em expor estes dados no artigo Acabar com los mitos sobre las cardiopatias. (Salud Mundial, 1998, citado por Ruy Laurenti e Cássia Maria Buchalla, em conferência publicada nos Arquivos Brasileiros de Cardiologia, volume 76, nº 2, pgs. 99-104, em 2001) é provar que não passa de mito a afirmação de que as doenças cardiovasculares são prerrogativas de áreas consideradas mais desenvolvidas ou ricas. Na realidade, falta de informação e de acesso ao sistema de saúde não apenas corroboram para os problemas cardíacos como mascaram as estatísticas, dando esta falsa impressão de que os países mais ricos, que contabilizam melhor a causa das suas mortes, são mais propensos aos problemas de coração.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

De acordo com L. Husten (Global epidemic of cardio-vascular diseases predicted. *Lancet* 1998; 352:1530-42), também citado por Ruy e Cássia em seu artigo, nas próximas décadas os países menos desenvolvidos sofrerão uma verdadeira epidemia de doenças cardiovasculares, resultado de um aumento dos fatores de risco decorrentes de melhores condições econômicas e do aumento da expectativa de vida. Embora isso pareça uma contradição, em um primeiro momento, condições econômicas melhores levam a saborosas dietas ricas em gorduras e ao confortável sedentarismo.

No momento seguinte, o acesso à informação reformula o modo de vida, leva ao consumo de alimentos mais saudáveis e à prática de esportes. Confirmando esta conclusão, dados apresentados no Rio de Janeiro, em 1998, no 13º *World Congress of Cardiology*, por A. Achutti, (*Cardiovascular diseases epidemiology in Brazil*), demonstram que quanto menor a escolaridade, maior a exposição a fatores de risco.

Costa e Silva, em tese de doutorado na FIOCRUZ (Escola Nacional de Saúde Pública), defendida em 1999, comenta exatamente esta tendência “perversa” do maior risco de adoecimento e mortalidade por doenças potencialmente preveníveis na população de baixa escolaridade e, possivelmente, de baixa renda e, portanto, “com menor acesso aos benefícios da prevenção e tratamento dessas doenças”.

Martin também derruba o mito de que as doenças cardiovasculares são, fundamentalmente, doenças do homem, embora a doença isquêmica do coração seja menos comum na mulher antes da menopausa. Na realidade, em muitas partes do mundo, as cardiopatias são a causa mais freqüente de morte de mulheres, inclusive antes dos 65 anos de idade.

Outro mito questionado por Martin é de que as doenças cardíacas são problemas apenas dos idosos. É claro, explica o pesquisador, que a sua incidência aumenta com o progredir da idade, mas uma série de países industrializados contabiliza um terço dos 'ataques cardíacos' em pessoas com menos de 65 anos de idade. Em países menos desenvolvidos, esta situação é ainda mais marcante, provavelmente devido à má qualidade da assistência médica, comentam Reddy KS e Yusuf S., no artigo “Emerging epidemic of cardiovascular disease in developing countries” que circulou em 1998. Laurenti e Buchalla acrescentam que este dado pode ser resultado da dificuldade de acesso de uma parcela considerável da população de países em desenvolvimento a qualquer tipo de assistência, seja ela boa ou má.

Conforme dados de 1994, do CENEPI/Fundação Nacional de Saúde, sobre a mortalidade no Brasil, 11,6% das mortes por doença cardiovascular ocorrem dos 30 aos 49 anos e 35,7% dos 50 aos 69 anos. Em todas as regiões brasileiras, as mortes por doença isquêmica do coração na faixa de 30 e 49 anos representam valores superiores a 11% do total de óbitos, exceto na região Sul (9,9%), considerada mais desenvolvida.

As informações coletadas por estes pesquisadores e analisadas por Laurenti e Buchalla levam a crer que é possível reduzir as doenças cardiovasculares e que os esforços de prevenção desenvolvidos atualmente apresentam maior probabilidade de adiar o aparecimento da doença isquêmica do coração e doenças cerebrovasculares.

De acordo com D. Chor, em Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 1996, citado por Laurenti e Buchalla, “A redução das taxas de incidência teria melhores chances de ser alcançada se uma nova geração se desenvolvesse com hábitos e ambientes mais saudáveis, desde o início da vida até a idade adulta.

Mesmo assim, os controles das causas de aterosclerose e de elevação da pressão arteriais trazem benefícios em termos de longevidade e melhoria da qualidade de vida, sendo,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

portanto justificável, particularmente no caso de países como o Brasil, onde como vimos, a mortalidade por enfermidades cardiovasculares atinge um grade contingente de adultos jovens”.

Obesidade

Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a obesidade é um dos fatores de risco mais grave para as doenças cardiovasculares. Em geral, é causada pelo excesso alimentar combinado com um modo de vida sedentário. Entretanto, diz a SBC em sua página na Internet, outros fatores também podem desencadear ou interferir na obesidade, como os metabólicos, genéticos, neurológicos, psicológicos e sócio-econômicos.

De acordo com os dados da SBC, a população obesa, se comparada à população de peso normal, é mais sujeita a doenças como hipertensão arterial, diabetes, doenças respiratórias, cálculos biliares, doenças articulares e da coluna e alterações de lipídios (gorduras) no sangue.

O peso ideal é geralmente calculado pelos médicos através do IMC, ou seja, Índice de Massa Corpórea. O IMC é obtido através do seguinte cálculo: $IMC = \text{Peso}/\text{altura ao quadrado}$. Por exemplo, uma pessoa com 95Kg e 1,75m de altura apresenta IMC de 31Kg/m², pois $IMC = 95Kg / 1,75m \times 1,75m = 95Kg/3,0625m^2 = 31 Kg/m^2$. Uma pessoa com IMC de 30 a 40 é considerada obesa. Acima de 40, trata-se de obesidade mórbida, um caso bem mais grave. O normal é que o IMC seja menor que 25. De 25 a 30, já se considera acima do peso normal. Abaixo de 20 também já não é normal e outros fatores de saúde ficam comprometidos.

Quando alguém ultrapassa em 30% a relação ideal entre peso e altura estabelecida pelo IMC, a sua pressão é mais alta, ele sofre de alterações no colesterol e tem mais tendência a ser atacado pelo Diabetes, outro fator de risco importante. Em geral, este tipo de pessoa também leva uma vida sedentária, o que contribui ainda mais para o risco de problemas cardíacos, pois o seu coração precisa trabalhar com mais esforço. Alia-se a isso prejuízos na força muscular, fadiga e depressão.

Para tratar a obesidade, é necessário que a ingestão de calorias seja menor do que o seu gasto. Assumir uma dieta hipocalórica e aumentar os exercícios físicos é geralmente difícil e exige determinação do paciente e do médico.

Tabagismo

Além de oferecer risco de câncer, o hábito de fumar também está associado e é um importante fator de risco, segundo a SBC, das doenças do coração, aterosclerose e hipertensão arterial. O uso de cigarros está ainda fortemente associado ao aparecimento de infarto do miocárdio, acidente vascular encefálico (derrame cerebral), doenças arteriais periféricas e inúmeros outros problemas de saúde.

Mulheres que fumam durante a gravidez prejudicam seus filhos, que nascem com baixo peso e correm um risco maior de morte prematura. “O fumo não faz bem a ninguém e todos os fumantes devem fazer todo o esforço possível para parar de fumar e proteger aqueles que não fumam”, diz, categórica, a SBD em seu site, que informa que existem cerca de 4.700 substâncias tóxicas no cigarro. A SBD lembra ainda que a cada 8 segundos uma pessoa morre de doença tabaco-relacionada e, quase tão rapidamente outra vítima é recrutada.

De acordo com a OMS, o consumo de tabaco atingiu a proporção de uma epidemia global, atingindo seu pico entre homens na maioria dos países desenvolvidos e agora se difundindo entre homens e mulheres de todos os países. Segundo a OMS, existem aproximadamente 1,1 bilhão de fumantes em todo o mundo, representando cerca de um terço da população global acima de 15 anos. Atualmente, o tabaco é responsável pela morte de 3 milhões de pessoas anualmente em todo o mundo, ou seja, 6% de todas as mortes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Em 31 de maio comemora-se o Dia Mundial Sem Tabaco, e, neste ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) o dedicou ao tema “Mídia Sem Tabaco”. O objetivo principal é criar mecanismos de ações políticas que visem o banimento da propaganda e promoção do tabaco.

A SBD reconhece que o tabaco gera gravíssimos problemas de saúde pública e vem alertando a população para os objetivos perniciosos da indústria tabaqueira, entre eles fazer passar a idéia de que o uso do tabaco é uma decisão e um comportamento individual. “O problema é que, com essa atitude, as atividades da indústria do fumo pretendem ficar completamente isentas de culpa.

Eles supõem que as pessoas tomam decisões em um estado de vácuo, completamente sem influências do meio ambiente em que vivem, incluindo a indústria da propaganda e do marketing. As propagandas do tabaco e seu uso na indústria dos entretenimentos e esportes projetam imagens de fumantes amáveis e charmosos, e, pior ainda, com aparência saudável. A ilusão ajuda a indústria do tabaco a vender um produto que mata”, acusa a Associação em seu site na Internet.

Indo mais longe, a SBD lembra que, até o ano 2000, o tabaco já provocou a morte de 4 milhões de pessoas e que “a indústria do tabaco e seu marketing enganoso necessita de 11 mil novos fumantes por dia para substituir os que são mortos. Os seus alvos principais são as crianças e os adolescentes, para quem eles vendem a dependência química e a morte como se fossem um ato de liberdade, rebeldia, livre escolha, sofisticação e sucesso”.

A SBC recomenda alguns passos iniciais para aqueles que fumam e desejam ter uma vida mais saudável e com menos riscos: pensar no assunto; tomar a decisão de parar de fumar; reduzir o número de cigarros gradualmente ou parar de uma vez; não ficar com o maço de cigarros; adquirir confiança de que é capaz de parar e ir sentindo, aos poucos, os benefícios para saúde e para o bolso.

Além disso, a SBD recomenda que as pessoas que fumam protejam o ambiente das que não fumam, o que também é previsto em lei. Organizar “fumódromos” nos locais de trabalho e nunca fumar diante de uma criança, nem mesmo quando estiver em casa, são atitudes que devem ser estimuladas e que contribuem para a saúde de toda a população.

Nas fases mais difíceis do processo de abandono do vício, devido à abstenção de nicotina na circulação sanguínea, recomenda-se que: se respire profundamente, inspirando e expirando lentamente; beba-se muita água durante o dia, especialmente durante a fase de 'fissura'; faça-se algo que mantenha a mente afastada da ansiedade causada pela falta de nicotina; afaste-se o máximo possível da carteira de cigarros. Alguns métodos vêm sendo aplicados com sucesso pelos médicos: reposição de nicotina com discos adesivos via transdérmica, auto-ajuda, acupuntura, terapia (muito do vício é psicológico), etc. A prevenção da recaída também deve acontecer, pois 85% dos ex-fumantes voltam a fumar em seis meses.

Colesterol

Na verdade, o colesterol não é uma gordura do ponto de vista químico, mas um álcool monoídrico não saturado, fundamental para o homem porque faz parte da constituição da membrana que reveste as células dos tecidos e constitui matéria prima para a fabricação de ácidos biliares, hormônios e vitamina D. Ninguém pode, portanto, viver sem Colesterol.

Quando no sangue, o colesterol pode estar livre ou fazendo parte das chamadas lipoproteínas, que podem ser do tipo LDL (*Low Density Proteins* ou lipoproteínas de baixa densidade) ou do tipo HDL (*High Density Lipoproteins*, ou lipoproteínas de alta densidade). O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

colesterol que faz parte das LDL é o que participa da formação das placas de aterosclerose que obstruem as artérias e deve ser combatido. Já o colesterol HDL é bom e possui efeito protetor, pois retiram o colesterol dos tecidos e o leva para o fígado, onde é eliminado ou reaproveitado. Sendo assim, quanto maior o teor destas lipoproteínas HDL ou de alta densidade, mais se evita a obstrução pela aterosclerose.

Os níveis de LDL-colesterol podem se elevar por dois motivos, principalmente: o genético e a dieta. Embora o fator genético seja o mais importante, as dietas inadequadas também elevam o LDL-colesterol. Pessoas com histórico familiar de problemas com colesterol devem acompanhar de perto os seus níveis sanguíneos.

De uma forma geral, recomenda-se que se tenha muita atenção com alimentos de origem animal, pois são eles que contém colesterol. Os alimentos originários do reino vegetal não possuem colesterol. Recomenda-se, portanto, que as pessoas que tenham problemas com colesterol evitem leite integral e seus derivados (queijos, principalmente amarelos, manteiga, creme de leite), biscoitos amanteigados, croissants, folhados, sorvetes cremosos, embutidos em geral (lingüiça, salsicha e frios), carnes vermelhas gordurosas, carne de porco (bacon, torresmos), vísceras (fígado, miolo, miúdos), pele de animais terrestres, animais marinhos (camarão, lagosta, sardinha, frutos do mar) e gema de ovo (utilizada no preparo de diversos alimentos, que também devem ser evitados, tais como bolas, tortas, panquecas, macarrão, entre outros).

Como se pode supor, é comum que os níveis do mau colesterol se relacionem com outro fator de risco, também resultante de dietas não-balanceadas, para as doenças cardiovasculares: a obesidade. No entanto, isso não significa que pessoas magras não possam ter colesterol alto. Os níveis alterados de triglicérides e HDL-colesterol também são comuns entre os diabéticos.

Recomenda-se que as pessoas acima de 20 anos devam determinar seus níveis de colesterol a cada cinco anos. Todas as pessoas com aterosclerose devem acompanhar o seu colesterol, assim como crianças e adolescentes de 2 a 19 anos de idade com antecedentes de doença aterosclerótica precoce na família (abaixo dos 55 anos e 65 anos para respectivamente parentes diretos do sexo masculino e feminino), história de colesterol alto na família e com obesidade, hipertensão e diabetes. Segundo a SBD, isso é importante, pois a aterosclerose que levará ao infarto e à angina se inicia na infância.

Reduzir os níveis de LDL-colesterol reduz o risco de mortalidade, infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, necessidade de cirurgias de ponte de safena e angioplastia em cerca de 25 a 30%. Quanto mais alto o LDL-colesterol mais benefício se terá devido a sua redução. Além da dieta, médicos também podem recomendar medicamentos potentes que reduzem o colesterol.

Diabetes

O Diabetes, produção deficiente de insulina, a substância responsável pela conversão de açúcar em energia no organismo, também é um grande fator de risco para o coração. O excesso de açúcar no sangue favorece o acúmulo de gorduras que se depositam com mais facilidade nas paredes das artérias, os vasos ficam entupidos e o risco de ataque cardíaco aumenta.

Os diabéticos precisam cortar o açúcar da alimentação, evitar os carboidratos e as bebidas alcoólicas e manter o controle médico para evitar que o seu problema atinja também o coração.

Estresse

Outro reconhecido fator de risco que propiciam as doenças cardiovasculares é o estresse, também reconhecido como tensão emocional. Na verdade, o estresse é definido como a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

capacidade natural do indivíduo para reagir às situações de perigo, preparando-se para enfrentar ou fugir, sendo assim fundamental para a sobrevivência humana no seu ambiente primitivo, de constantes ameaças. Sob tensão, o organismo libera hormônios, como a adrenalina, que alertam o sistema nervoso sobre o perigo, mas também perturbam a estabilidade do organismo. A adrenalina provoca o aumento dos batimentos cardíacos e da pressão arterial, podendo resultar em um ataque cardíaco.

Este fator de risco ataca indiscriminadamente qualquer pessoa, mas prevalece com mais intensidade no cidadão de grandes centros urbanos. Preocupações com a família, pressões diárias, excesso de trabalho, risco de desemprego, trânsito, falta de dinheiro, falta de segurança, desilusões amorosas são alguns dos desencadeadores desta reação primitiva e tão danosa.

Associado a outros fatores, ele pode contribuir para o aparecimento de doenças como a hipertensão arterial, doenças do coração, gastrite, úlcera e alguns tipos de câncer. Quem tem problemas no coração ou pressão alta, deve evitar o estresse, que agrava a situação e dificulta o tratamento. Alguns especialistas chegam a afirmar que o estresse, associado às condições de vida, é responsável por quase metade das doenças de coração. Eles recomendam que se procure identificar o motivo da tensão, examinar as atividades em casa e no trabalho, planejar melhor a vida, evitar prazos curtos para terminar tarefas e muitos compromissos no mesmo dia. Além disso, sugerem que não se tente fazer tudo sozinho, que se peça ajuda e que se reserve tempo para fazer as refeições com calma.

O estresse dá sinais que podem ser identificados, tais como fumar e/ou beber mais do que o habitual, passar a comer demais ou sofrer de falta de apetite, insônia, cansaço fora do comum, impaciência, indecisão, dificuldade de concentração, apatia ou desinteresse anormais, entre outros sintomas. Os especialistas sugerem que se evite permanecer em ambientes tumultuados e barulhentos, que se evite discutir assuntos polêmicos antes de dormir ou durante as refeições, que se prefira filmes e leituras leves e divertidas, que se ouça músicas calmas e positivas, que se aprenda a ver o lado positivo das coisas e se aprenda a relaxar.

Hipertensão Arterial

De acordo com a SBC, a pressão sanguínea arterial é definida pela pressão exercida pelo fluxo sanguíneo nas paredes das artérias e é variável de acordo com as diferentes atividades exercidas ao longo do dia. Se a largura interna das artérias diminuir, haverá maior dificuldade para o sangue passar e o coração terá que trabalhar mais para bombear o sangue. Com o tempo, o coração vai sendo prejudicado. A isso chamamos de hipertensão arterial, ou como é mais comumente chamada, pressão alta, um dos fatores de risco mais sérios para as doenças cardiovasculares. “Se comparadas às pessoas com pressão normal, as com hipertensão não controlada correm o triplo do risco de desenvolverem ataques cardíacos e sete vezes mais chances de terem derrame cerebral”, alerta a SBC.

Este é um problema que atinge igualmente homens e mulheres e ocorre devido à herança genética, às dietas ricas em sal, ao estresse, à obesidade, ao sedentarismo, ao excesso de bebidas alcoólicas, entre outros fatores. Mesmo havendo tendência hereditária, ao evitar estes outros fatores, pode-se manter a hipertensão sob controle. Para a maioria das pessoas, a hipertensão não tem cura.

O tratamento é feito com remédios ou através da prática diária de exercícios e a uma dieta pobre em sal, assim como outras mudanças no estilo de vida.

Todas as pessoas, mesmo as que não sintam nada, devem verificar a pressão anualmente. Uma pressão mais alta do que 14 por 9 duas vezes em dias diferentes evidencia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

hipertensão. Quem tem hipertensão pode não apresentar qualquer sintoma, o que a fez ganhar o apelido de “assassina silenciosa”. No Brasil, segundo a SBC, metade das pessoas que apresentam hipertensão desconhecem o seu problema.

A população carente de nosso estado não possui essas informações, não têm a chance de realizarem exames médicos e muitas vezes, possuem problemas cardíacos que poderiam ser facilmente tratados, mas sem informações ou exames, morrem desinformados.

O objeto principal de nosso Programa é justamente levar as informações e os exames à população carente sem acesso a esses meios e com isso, temos a certeza, de que infartos e outras complicações poderão ser evitados.

Conto com o apoio de meus nobres pares na aprovação deste Projeto de lei.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - PP

Nada mais é do que montar um esquema de atendimento de prevenção dos riscos cardíacos volante no Estado de Mato Grosso.

Eu acho que a Secretaria de Saúde do Estado, em parceria com os municípios, pode montar isso.

Nós temos uma grande quantidade de pessoas no nosso Estado todos os dias lotamos os nossos hospitais com cirurgias cardíacas, perdendo vidas com infarto por falta única e exclusivamente de prevenção. A quantidade de pessoas que estão na fila para fazer cateterismo é enorme e cada um desses evolui para cirurgia cardíaca.

Então é muito mais barato para o governo fazer a prevenção, constituir um equipe técnica para fazer nos municípios os exames preventivos, porque isso sai muito mais barato para o Governo. Uma cirurgia cardíaca paga todo o atendimento de uma cidade de quarenta mil habitantes - uma única cirurgia cardíaca que o Governo paga hoje.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Gostaria de registrar a presença nas galerias do Prefeito de Tesouro, Sr. Wilton Ferreira Barbosa, acompanhado do ilustre Vereador João Batista de Souza. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Com a palavra o ilustre Deputado Sebastião Rezende no Pequeno Expediente.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE –Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento também as Sr^{as} Deputadas.

Sr. Presidente, entrego à mesa indicações de interesses de vários municípios do Estado.

INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Tapurah.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Município de Tapurah conta hoje com uma população de aproximadamente 10.390 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo, a fim de ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Arenópolis.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Arenópolis.

JUSTIFICATIVA

O Município de Arenópolis conta hoje com uma população de aproximadamente 10.355 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Garças.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Garças.

JUSTIFICATIVA

O Município de Alto Garças conta hoje com uma população de aproximadamente 10.321 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Vera.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Vera.

JUSTIFICATIVA

O Município de Vera conta hoje com uma população de aproximadamente 10.235 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Paraguai.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Paraguai.

JUSTIFICATIVA

O Município de Alto Paraguai conta hoje com uma população de aproximadamente 9.951 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Nova Ubitatã.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Nova Ubitatã.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Ubitatã conta hoje com uma população de aproximadamente 9.245 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Ribeirão Cascalheira.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Ribeirão Cascalheira.

JUSTIFICATIVA

O Município de Ribeirão Cascalheira conta hoje com uma população de aproximadamente 8.880 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Apicás.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Apicás.

JUSTIFICATIVA

O Município de Apicás conta hoje com uma população de aproximadamente 8.538 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Denise.

Com fulcro no que preceitua o art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Denise.

JUSTICATIVA

O Município de Denise conta hoje com uma população de aproximadamente 8.949 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Castanheira.

Com fulcro no que preceitua o art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Castanheira.

JUSTIFICATIVA

O Município de Castanheira conta hoje com uma população de aproximadamente 8.231 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Dom Aquino.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Dom Aquino.

JUSTIFICATIVA

O Município de Dom Aquino conta hoje com uma população de aproximadamente 8.131 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Taquari.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Alto Taquari.

JUSTIFICATIVA

O Município de Alto Taquari conta hoje com uma população de aproximadamente 8.100 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Nova Monte Verde.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Nova Monte Verde.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Monte Verde conta hoje com uma população de aproximadamente 8.088 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a Cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Jangada.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Jangada.

JUSTIFICATIVA

O Município de Jangada conta hoje com uma população de aproximadamente 7.696 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Barão de Melgaço.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Barão de Melgaço.

JUSTIFICATIVA

O Município de Barão de Melgaço conta hoje com uma população de aproximadamente 7.591 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.
Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

INDICAÇÃO: Indica ao Eximº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Santa Terezinha.

Nos termos do art. 160, inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Eximº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem com o envio de uma ambulância para o Município de Santa Terezinha.

JUSTIFICATIVA

O Município de Santa Terezinha conta hoje com uma população de aproximadamente 7.399 (IBGE/2010) habitantes e com diversos Projetos de Assentamento. Faz-se necessário o envio de uma Ambulância para o Município visto que o mesmo não foi contemplado quando do envio aos demais Municípios. Tal veículo é de fundamental importância para o atendimento de pacientes, pois não serve apenas para transportar doentes para a cidade-polo para ter acesso ao atendimento de média complexidade, mas também para o deslocamento de pacientes com uso continuado de medicamentos, como diabéticos e hipertensos dentro do próprio Município ou Região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Esta medida será de grande valia gerando uma considerável melhora na qualidade do atendimento de saúde da localidade em evidência. A ambulância é um bem público e sendo destinada ao atendimento da população fortalece o sistema de saúde, disponibilizando um pronto-atendimento eficiente minimizando desta forma a problemática na Área de Saúde do Município e Região.

Por essas razões é que solicitamos do Poder Executivo que seja atendida a presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de abril de 2013.

Deputado SEBASTIÃO REZENDE – PR

Quero aproveitar a oportunidade para convocar a Comissão de Infraestrutura Urbana e Transporte, Comissão Permanente da Casa, para uma reunião Ordinária hoje às 14:00 horas. Eu gostaria de convocar os Deputados Romoaldo Júnior, Emanuel Pinheiro, membros da Comissão, Deputado Nininho, Deputado Walter Rabello, Deputado Pedro Satélite, Deputado Dilmar Dal Bosco e Deputado Ezequiel Fonseca. Então, ficam os nobres Deputados convocados para essa reunião Ordinária da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte, na qual teremos a presença do Presidente do CREA, Dr. Juarez Silveira Samaniego, que estará falando acerca do trabalho que o CREA tem feito no que concerne à fiscalização das obras públicas, quer seja obra civil ou de pavimentação, ou obras de artes que estão sendo feitas no Estado.

O CREA faz a fiscalização da atividade profissional, inclusive também das empresas que estão executando essas obras e, ao ouvirmos o Presidente do CREA, queremos inclusive saber se ele está tendo facilidade no que concerne ao acesso a esses projetos para que essa fiscalização possa acontecer com mais tranquilidade.

Então, será importante a presença dos Srs. Deputados até para que esses questionamentos possam ser feitos.

Nós já temos protocolado na nossa Comissão um pedido de Audiência Pública em determinada região do Estado para discutir pavimentação asfáltica, importante para a região, especialmente para a região noroeste do Estado, já há a solicitação da Comissão no que concerne à ação dessa Comissão em obras executadas em algumas regiões do Estado, obras que foram executadas, mas que, infelizmente, a qualidade não condiz... (TEMPO ESGOTADO) ...com a nossa expectativa nem com a da população, até porque o dinheiro público precisa ser bem investido e nós queremos inclusive saber se essas obras foram executadas de acordo com o que estabelece o projeto. Se realmente foram executadas de acordo com o projeto, aí a Secretaria afim, a Secretaria de Estado tem a responsabilidade da elaboração desse projeto e obviamente terá que responder pela situação dessas obras e pela ineficácia na qualidade desse serviço.

Então, ficam aqui, mais uma vez, convocados todos os membros da Comissão e esperamos que estejam presentes para iniciarmos no horário marcado, às 14:00 horas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

Registro a presença do Vereador Oslen Dias dos Santos, popular Tuti, do Município de Alta Floresta. Em nome dos Srs. Deputados, dou as boas-vindas ao ilustre Vereador.

Também registrar e agradecer a honrosa visita dos alunos do 8º ano do ensino fundamental do Centro Educacional José Anchieta, de Várzea Grande, acompanhados pelos Professores Lindemberg Camargo e Janaina Ana de Souza.

Sejam bem-vindos a esta Casa alunos e professores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Deputado Romoaldo Júnior, nobres Pares, telespectadores, para apresentar duas Indicações e uma Moção de Congratulações de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação-SEDUC, a importância de construir uma creche no Bairro Nova Esperança, no Município de Peixoto de Azevedo.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação-SEDUC, demonstrando a importância de se construir uma creche no Bairro Nova Esperança, no Município de Peixoto de Azevedo.

JUSTIFICATIVA

Em atenção a solicitação do Município de Peixoto de Azevedo, encaminho indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação-SEDUC, reivindicando a construção de uma creche no Bairro Nova Esperança.

Na creche será garantido o acesso aos melhores estímulos. A criança vai ser acompanhada pedagogicamente, despertando a curiosidade, e todas aquelas qualidades que depois serão importantes para o enfrentamento de disputa no mercado de trabalho.

Um país tem que ser medido pelo que ele faz pelas suas crianças, dando oportunidades iguais a elas. O grande caminho da inclusão é a educação, assim a creche é o grande vestibular no qual a criança entra e garante uma vida de oportunidades maior.

As creches vêm servindo desde o Século XIX, com a finalidade de abrigar crianças para que as mães buscassem o sustento das famílias, enquanto os pais estavam em guerra. Nos anos 50, surgiu a Lei que previa que as mães que amamentavam poderiam sair de seus empregos por meia hora, duas vezes ao dia.

Com o passar dos anos as leis foram mudando defendendo as crianças e os adolescentes. A creche não veio substituir a mãe. Veio ajudar a zelar pela integridade física e mental, enquanto estas trabalham fora de casa. A educação principal tem que ser feita pelos pais, pois a creche nos auxilia a desenvolver capacidades e conhecimentos corporais, afetivos, emocionais, estéticos e éticos. Compreender o que acontece com as famílias, entender seus valores ligados a procedimentos disciplinares e auxiliar na construção conjunta de ações é função da família.

O intuito da creche é fazer com que as crianças sejam protegidas, alimentadas, e tenham atendimento psicopedagógico, que fará com que o desenvolvimento integral desta criança aconteça, e o mesmo cresça forte e seguramente emocional.

Razões pelas quais solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 22 de maio de 2013.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PSD

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer - SEEL, demonstrando a importância de fornecer uniformes esportivos para o Município de Santa Carmem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer-SEEL, demonstrando a importância de fornecer uniformes esportivos para o Município de Santa Carmem.

JUSTIFICATIVA

Em atenção a solicitação do Sr. Juscelino Faganello de Oliva, Secretário de Esporte Municipal do município de Santa Carmem, encaminho indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, referente a importância de fornecer uniformes esportivos para os alunos de artes marciais do município.

A quantidade de uniformes vem relacionada abaixo:

- 50 unidades para Judô infantil;
- 50 unidades para Judô juvenil;
- 50 unidades para Taekwondo infantil;
- 50 unidades para Taekwondo juvenil.

Dentro da tradição oriental a cor branca do uniforme simboliza a origem do universo, o taekwondista e o judoca têm o mesmo cuidado com o seu uniforme como um militar tem com a sua farda, a vestimenta neste esporte tem um sentido muito profundo daí sua importância na prática dos exercícios. O atleta deve utilizar as vestimentas corretas para competir e treinar com sucesso. Uniformes e equipamentos não apropriados podem causar impacto na habilidade de um competidor em combate. Tudo para garantir a mobilidade dos movimentos dos lutadores.

O judô foi criado por Jigoro Kano em 1882, seu principal objetivo é o fortalecimento do físico, da mente e o espírito, de forma a integrar de forma harmônica. A vestimenta utilizada é o quimono, que no judô recebe o nome de judogui, que forma o equipamento necessária a prática. A cor do judogui pode ser branca ou azul, porém o azul foi aceito para diferenciar os competidores em campeonatos oficiais, auxiliando também a arbitragem.

A faixa simboliza o ciclo de aprendizagem de um praticante nas diferentes etapas de sua carreira e cada cor tem sua própria energia, vibração e atuação. Percebe-se que cada estilo possui a sua própria sequência de cores de faixas que nem sempre coincidem umas com as outras. Mesmo assim, algumas evidências científicas sugerem que a luz de diversas cores, que entram pelos olhos, podem afetar diretamente o centro das emoções, possuindo assim, queiramos ou não, um significado. O que se observa mais facilmente é que a cor da faixa vai escurecendo com os anos de dedicação e de prática, até chegar à faixa preta, a qual representa a maioria técnica do praticante.

O judô e o taekwondo não somente se praticam nos treinamentos ou competições, mas também se faz presente em todos os dias. Para que um judoca busque sempre a perfeição é necessário não só o autoconhecimento como praticar o respeito por todos aqueles que fazem parte do seu dia a dia e que contribuem para o seu desenvolvimento.

A prática de esporte é essencial para uma melhor qualidade de vida. Assim como o conhecimento faz diferença no mundo em que vivemos, o movimento está em nossas vidas como uma necessidade vital do ser humano.

Razão pela qual solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 22 de maio de 2013.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PSD

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

3ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais e encaminhe ao Sr. Aziel Bezerra de Araújo, Prefeito Municipal, e ao Sr. Emerson Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Alta Floresta, Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seu Deputado Pedro Satélite, vem manifestar o reconhecimento público na pessoa do Sr. Aziel Bezerra de Araujo, Prefeito Municipal, e Sr. Emerson Machado, Presidente da Câmara de Vereadores de Alta Floresta, pelo aniversário de 37 anos de fundação, em 19 de maio de 2013.

JUSTIFICATIVA

Nossa querida Alta Floresta completa mais um aniversário e gostaria de parabenizar todos os seus munícipes, pessoas que com seu trabalho diário, constroem a pujança da cidade. Muitos aqui nasceram e outros aqui chegaram e constituíram família. Por isso, não medem esforços quando se fala em solidariedade, em busca do bem-estar comum. Orgulhosamente me insiro no rol daqueles que saúdam a cidade por mais um ano de fundação.

No início da década de 70, durante a intensa atividade seringueira na Amazônia a cidade de Alta Floresta foi fundada pelo colonizador Ariosto da Riva, apelidado pelo jornalista David Nasser de “O Último Bandeirante”, por ter a ousadia de penetrar na floresta amazônica e implantar um projeto de colonização.

Naquele tempo, abrir estradas era um ato de coragem e determinação, o trabalho marchava lento, enfrentando árvores gigantes de angelim, mogno, castanha-do-pará, dentre outras. Em maio de 1976, três anos após o começo da abertura da estrada, é que se acabou de desmatar a primeira clareira onde a cidade de Alta Floresta iria ser construída.

O nome de Alta Floresta surgiu em função da própria natureza da região, com mata alta e densa, já que o local se encontrava na região da Amazônia mato-grossense. Para o êxito da colonização eram necessários conhecimentos cabais da natureza local, a fim de lhe tirar o máximo proveito. Enquanto abria espaço para o estabelecimento de infraestrutura, abria também canteiro de pesquisas agrícolas.

O Município foi criado a 18 de dezembro de 1979, através da Lei Estadual nº 4.157. Em 3 de junho de 1980, o Presidente da República, João Figueiredo, visitou Alta Floresta e escutou de Ariosto da Riva a seguinte frase “...Alta Floresta terá o direito de se orgulhar por ter sido a cidade que em tempo recorde - apenas quatro anos - se tornou município, fato esse certamente único na história do País”.

Atualmente, a comunidade através de seus segmentos organizados, as instituições públicas e outras lideranças, buscam alternativas para a consolidação econômica do município, retomando a agricultura, a pecuária e o desenvolvimento do turismo, fazendo com que a economia da cidade se alavanque e se torne novamente um dos destaques do estado de Mato Grosso. Hoje, com a instalação de uma grande usina hidrelétrica na cidade vizinha de Paranaíta muitos dos milhares de trabalhadores e suas famílias se mudaram para Alta Floresta, o que atrai muitos outros, visando a boa fase que a cidade já vinha apresentando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Atualmente é reconhecida a importância que as cidades têm como atores decisivos na economia e no desenvolvimento do País, razão pela qual encaminhamos Moção de Congratulações à Prefeitura Municipal de Alta Floresta.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 22 de maio de 2013.
Deputado PEDRO SATÉLITE - PSD

Aproveito esse tempo para falarmos da visita do Governador Silval Barbosa, amanhã, à região de Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte e Alta Floresta, quando ele lançará a recuperação de uma das mais importantes rodovias do Estado. Com certeza, depois da BR-163, na região norte, a Rodovia mais importante é a MT-320, que liga a BR-163 a Nova Santa Helena, Alta Floresta, Apiacás e toda aquela microrregião.

Rodovia essa, é bom registrar, que foi implantada há mais de trinta anos, e a cada ano é feito um paliativo com tapa-buraco. Mas ela não suporta mais o trânsito de caminhões pesados porque a produção aumentou, não suporta mais apenas um tapa-buraco.

Aí a importância de vários Deputados terem cobrado, o Deputado Romoaldo Júnior... Mas em especial Vossa Excelência no dia que nós estivemos, eu e Vossa Excelência, junto com o Governador Silval Barbosa, o Deputado Riva também estava esteve presente, quando fizemos o convencimento de não fazer um paliativo. E Vossa Excelência, Deputado Romoaldo Júnior, foi muito feliz quando deu a ideia que se fizesse uma recuperação total.

Isso nós conseguimos e a partir de amanhã será lançada pelo Vereador Oslen Dias dos Santos, o Tuti, essa tão importante obra em que será restaurada toda a MT-320, de Nova Santa Helena a Alta Floresta, uma rodovia importante, em que, com certeza, será feito um trabalho definitivo para que suporte o tráfego de caminhões que cruzam aquela região, para que a população não venha sofrer tanto como sofreu nos últimos anos. Porque todos os anos se fazia tapa-buraco na época da seca, mas, nas primeiras chuvas, já abria tudo novamente, porque a base dessa rodovia não suporta mais, houve muita infiltração de água. Quem sabe, não foi feita uma das melhores bases para suportar o trânsito daquela rodovia.

Então, a importância e o agradecimento ao Governo do Estado por ter atendido aquela população de mais de vinte municípios e por finalmente por fim ao sofrimento... (TEMPO ESGOTADO) ...daquelas pessoas que usam aquela rodovia. Porque são vários municípios, dentre eles: Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Colíder. Enfim, é uma rodovia, como já citei, das mais importantes do Estado. E, com certeza, para aquela microrregião, Vale dos Teles Pires, é a rodovia mais importante, porque interliga esses municípios, a BR-163 até Cuiabá e também a BR-163 liga Itaituba a Santarém.
(O SR. DEPUTADO WALTER RABELLO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:23 HORAS.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - Portanto, os nossos agradecimentos.

E amanhã nós faremos uma grande festa naquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WALTER RABELLO) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, jovens alunos que participam e prestigiam o Programa “Por Dentro do Parlamento”, imprensa, assistência e telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, apresento várias Proposições.

PROJETO DE LEI:

Cria o Programa Menor Recuperado, que proporcionará curso de profissionalização aos detentos do Complexo Pomeri, através da manutenção e reforma dos veículos pertencentes à frota do Governo do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Menor Recuperado, que institui o curso de profissionalização aos menores internos do Complexo Pomeri, em especialização de Auxiliar de Mecânica, Funilaria, Tapeçaria e Elétrica Automotiva.

Parágrafo único O programa de que trata o *caput* será desenvolvido dentro da unidade do Complexo Pomeri pelos internos com idade a participar de cursos de ensino médio profissionalizante.

Art. 2º Para fins de especialização serão utilizados os veículos velhos e danificados que se encontram parados nos pátios de estacionamento da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações pertencentes à frota do Governo do Estado de Mato Grosso e que com a devida reforma ou manutenção, serão passíveis de doação a Entidades Assistenciais sem fins lucrativos, Prefeituras, Centros de Saúde e outros órgãos do Estado.

Art. 3º Poderá a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos assinar convênios com entidades educacionais públicas ou privadas, para que possam ministrar os cursos de que trata o art. 1º.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta Propositura visa proporcionar ao menor interno do Complexo Pomeri, profissionalização especializada, para reintegração à sociedade, com o aproveitamento da frota sucateada dos órgãos pertencentes ao Governo do Estado, e que hoje existem jogados nos pátios se deteriorando.

Estes veículos podem ser reaproveitados, inclusive entre as Secretarias diversas. Quando não existir mais a maneira de reaproveitamento, aí sim o mesmo será submetido a leilão.

Os veículos que não tenha utilidade, após reformados, deverão ser doados a Santas Casas de Misericórdia, Prefeituras e Entidades Assistências, que, muitas vezes, necessitam de um veículo, mas não possuem a verba necessária para adquiri-lo. Ainda poderão, em outro momento, retornar às mesmas Secretarias que o doaram.

O presente projeto, além de contribuir para a ressocialização do menor infrator, dando-lhe a oportunidade de aprender uma profissão e se qualificar para o mercado de trabalho, também busca reaproveitar a frota de veículos pertencentes ao Estado de Mato Grosso que, por um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

motivo ou outro, se encontra danificada, sem serventia alguma, trazendo prejuízo ao erário público e a toda população.

Essas são as razões que nos levaram a apresentar o presente Projeto de Lei, esperando contar com o imprescindível apoio dos meus nobres Pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

PROJETO DE LEI:

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na última semana do mês de outubro.

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose tem como objetivo:

I - promover a divulgação de ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas à endometriose;

II - contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelas portadoras de endometriose;

III - garantir a democratização de informações sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes nas áreas de endoscopia ginecológica e endometriose.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A endometriose é a presença do endométrio - tecido que reveste o interior do útero - fora da cavidade uterina, ou seja, em outras partes do útero ou em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos, bexiga. É uma afecção inflamatória provocada por células do endométrio que, em vez de serem expelidas durante o período menstrual, migram no sentido oposto e caem nos ovários ou na cavidade abdominal, onde voltam a multiplicar-se e a sangrar.

A endometriose é frequentemente diagnosticada pelos médicos durante exames ginecológicos, procedimentos cirúrgicos ou na realização de exames de investigação da infertilidade. Para cada cinco mulheres que estejam tendo dificuldade para engravidar, duas têm endometriose. Caso sua mãe ou irmãs sofram de endometriose, é sete vezes maior a chance de você ter esse problema. Infelizmente muitas mulheres “sofrem em silêncio”, acreditando que seus sintomas sejam normais. Outras não apresentam sintomas.

Considera-se que a endometriose afete uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva. Acometendo cerca de 10% das mulheres em todo o mundo e diminuindo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

substancialmente sua qualidade de vida, uma vez que a dor pélvica é frequente e muitas vezes incapacitante até para as tarefas mais simples, a endometriose é considerada uma doença importante, sendo inclusive tema de congressos mundiais. É a chamada doença da mulher moderna, que se vê obrigada a executar inúmeros papéis ao mesmo tempo, o que acarreta um significativo desgaste físico e espiritual.

A endometriose é dolorosa, pois mesmo se localizando na parte externa do útero, sofre a influência das oscilações hormonais. Isso significa que os focos de endometriose sangram todo mês durante o período menstrual da mulher, mas o sangue não tem para onde ir. Além de ser dolorosa, a endometriose também pode tornar difícil a gravidez ou mesmo gerar a infertilidade.

Diante da suspeita de endometriose, o exame ginecológico clínico é o primeiro passo para o diagnóstico, que pode ser confirmado pelos seguintes exames laboratoriais e de imagem: visualização das lesões por laparoscopia, ultrassom endovaginal, ressonância magnética, além de um exame de sangue chamado marcador tumoral CA - 125, que se altera nos casos mais avançados da doença. O diagnóstico de certeza, porém, depende da realização da biópsia.

Quem cuida de mulheres portadoras de endometriose se depara com pessoas cansadas, entristecidas, deprimidas e muitas vezes frágeis pela dor que enfrentam.

É nesse sentido e nesse grave contexto que proponho instituir a “Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose”, oportunidade em que serão realizadas várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de danos às portadoras de endometriose, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

Nestes termos, conto com a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, pelo “Dia Nacional da Defensoria Pública”, comemorado no dia 19 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

O Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado no dia 19 próximo, foi celebrado em Mato Grosso com uma palestra para todos os membros da instituição no dia 17 de maio, no Salão Nobre do Palácio Paiaguás.

O tema da campanha nacional deste ano é: “Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar”, cujo objetivo é mostrar a importância do defensor público na área de execução penal e divulgar a necessidade de criar mecanismos de reinserção social para pessoas privadas de liberdade.

Em parceria com o Sindicato dos Defensores Públicos de Mato Grosso (SINDEP), aconteceu uma palestra sobre “Atuação do Defensor Público na Execução Penal”, que foi ministrada pelos Defensores Públicos André Renato Rossignollo e Edson Jair Weschter.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

A palestra aconteceu no Salão Nobre do Palácio Paiaguás. O evento contou com a presença do Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior.

História da Defensoria Pública em Mato Grosso

A Defensoria Pública de Mato Grosso foi instalada a partir do Decreto nº 2.262, de 13 de maio de 1998, assinado pelo ex-Governador Dante de Oliveira. Porém, a instituição só começou efetivamente a funcionar no ano seguinte com um quadro de 24 defensores.

Hoje a Defensoria conta com um quadro de 151 defensores, com atuação em 56 comarcas em todo o Estado.

Por estas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulações e que seja enviada à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Exmº Sr. Dr. Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, pelo “Dia Nacional da Defensoria Pública”, comemorado no dia 19 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Rua 04, Quadra 10, Lote 01, Setor A, Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT, CEP: 78049-040.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público ao Escritório de Advocacia Décio Freire & Associados, na pessoa do Ilustríssimo Diretor Presidente, Doutor Décio Freire, pela inauguração de sua nova Unidade de Cuiabá, evento que celebrará os 20 anos de existência do escritório e a consolidação de suas atividades em Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

Décio Freire e Associados é um escritório de advocacia que atua eminentemente na área empresarial, prestando assessoria jurídica, consultiva e contenciosa, em todas as áreas do direito.

Totalmente organizado em áreas especializadas, que interagem entre si, Décio Freire e Associados tem sido votado, anualmente, como dos mais admirados pelos Departamentos Jurídicos de empresas em diversas áreas do Direito, como: em Direito Regulatório e Infraestrutura, Direito de Energia, Direito Ambiental, Direito do Trabalho, Direito Penal, Direito Societário e Comercial, Direito Civil, entre outras.

A excelência e originalidade dos serviços prestados levaram o escritório a uma posição de destaque em todo o território nacional, conquistando a posição de 3º maior escritório do país e o 2º em *full service* no biênio 2012/2013.

Todos os coordenadores de Departamentos são mestres ou doutores em suas respectivas especialidades, o que assegura às empresas-clientes um atendimento altamente qualificado, baseado na técnica apurada e na experiência advocatícia de 20 anos de atividade ininterrupta em todo o território nacional. O Escritório e seus profissionais são reconhecidos pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

notório saber jurídico, tanto pela iniciativa privada quanto pelo Poder Público em regime de inexigibilidade de licitação.

Décio Freire e Associados possui 19 unidades próprias. Dentre elas, escritórios nas maiores e mais importantes cidades do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro (duas unidades), São Paulo, Brasília, Vitória, Salvador, Recife, Teresina, Manaus e Rio Branco), com mais quatro unidades nas cidades-polo do Estado de Minas Gerais (Uberlândia, Juiz de Fora, Varginha e Ipatinga).

Décio Freire e Associados está presente ainda nos Estados Unidos, em Miami, na África, em Moçambique e Angola; e em Lisboa - Portugal, onde desenvolve alianças estratégicas para investimentos no Brasil e outros países, além de promover assessoramento jurídico a clientes americanos e canadenses com interesse na América Latina.

Décio Freire e Associados possui mais de 850 empresas, nacionais e multinacionais, em sua carteira de clientes, na qual constam, dentre as inúmeras companhias de grande porte, cinco das dez maiores empresas em atividade no Brasil.

Os mais de 483 advogados de Décio Freire e Associados possuem ampla experiência na prática do Direito aplicado às empresas, a ponto de serem efetivamente requisitados pelas mais importantes empresas brasileiras, tendo, sob seu patrocínio, mais de 62.000 processos judiciais e administrativos.

Os profissionais de Décio Freire e Associados são recrutados em rigoroso exame de seleção, a partir das melhores faculdades de Direito do país, contando, ainda, com uma grande estrutura para treinamento e aprimoramento, tais como o GQT - Grupo de Qualidade Total e o NAP - Núcleo de Aperfeiçoamento Profissional.

O titular do escritório, Dr. Décio Freire, é advogado, *expert* em estratégia negocial, sendo consultor dos maiores grupos empresariais do país, com profundo conhecimento no campo da orientação jurídica preventiva, tendo sido o único advogado a ser condecorado com a Medalha do Mérito Cultural da Magistratura Brasileira, no ano de 2006, comenda máxima conferida pelo tradicional Instituto dos Magistrados do Brasil.

Décio Freire e Associados atua em todo o território nacional e, consegue aliar alta qualidade com pessoalidade e baixo custo.

Por estas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulações e que seja enviada ao Escritório de Advocacia Décio Freire & Associados, na pessoa do Ilustríssimo Diretor Presidente, Doutor Décio Freire, pela inauguração de sua nova Unidade de Cuiabá, evento que celebrará os 20 anos de existência do escritório e a consolidação de suas atividades em Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: DÉCIO FREIRE & ASSOCIADOS, Av. Prudente de Moraes, 1250, 7º e 8º andares, Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG, CEP: 30380-252.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à Prefeitura Municipal de Cuiabá, na pessoa do Exmº Sr. Prefeito Municipal, Mauro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Mendes Ferreira, pela implantação do Centro - Dia de Referência, nos dias 21 e 22 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura de Cuiabá se prepara para a implantação do Centro-Dia de Referência. Nos dias 21 e 22 de maio será realizada a oficina de alinhamento de informações sobre a implantação e a operacionalização dos serviços para pessoas com deficiência em Centros-Dia e residências inclusivas, das 9h às 18h, em Brasília (DF). Cuiabá irá participar com um representante, uma vez que receberá uma unidade do Centro-Dia.

Os objetivos da oficina são prestar apoio técnico e alinhar informações entre os estados, municípios e Distrito Federal, sobre os dois serviços da proteção social especial do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o “Plano Viver sem Limite”. Trata-se dos Centros-Dia de Referência para jovens e adultos com deficiência e Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência.

O Centro-Dia é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social que oferece serviço às pessoas com deficiência que, devido à situação de dependência de terceiros, necessitam de apoio para a realização de cuidados básicos da vida diária, como os autocuidados, arrumar-se, vestir-se, comer, fazer higiene pessoal, locomover-se.

A unidade também oferece apoio para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente possível, favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo.

Por estas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulações e que seja enviada à Prefeitura Municipal de Cuiabá, na pessoa do Exmº Sr. Prefeito Municipal, Mauro Mendes Ferreira, pela implantação do Centro - Dia de Referência, nos dias 21 e 22 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Cuiabá, Praça Alencastro, 158, Centro, Cuiabá - MT, CEP: 78005-906.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público ao CREA - MT, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Ilustríssimo Presidente, Senhor Juarez Silveira Samaniego, pela inauguração da Sede da Inspeção no município de Sorriso, no dia 20 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

O CREA - MT inaugurou segunda-feira, dia 20, às 16:30 horas, a sede da inspeção na cidade de Sorriso. A abertura da nova sede faz parte do processo de interiorização do Conselho e tem como objetivo levar sua atuação para todo o Estado, fortalecendo sua atuação e o aproximando ainda mais os profissionais da área tecnológica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Com 250m² e localizada na Avenida Otávio de Souza Cruz, no Centro, o prédio terá espaço para o funcionamento administrativo e de fiscalização do Conselho, salas para entidades de classe do sistema tecnológico e um auditório com capacidade para até 150 pessoas. A inspetoria atende não somente Sorriso, mas abrange também os municípios de Boa Esperança, Feliz Natal, Nova Ubiratã e Vera, atendendo 544 profissionais e 391 empresas cadastradas.

O terreno da inspetoria foi doado pela Prefeitura do município ao Conselho, por meio de um convênio realizado em 2011. “O investimento em sedes próprias do Conselho nos municípios é uma das ações realizadas por esta gestão que se preocupa em valorizar os profissionais do interior construindo espaço adequado para atendimento e salas para as entidades de classe”, afirma o presidente do CREA-MT, Juares Samaniego.

No total, o CREA possui 23 inspetorias no interior de Mato Grosso, sendo quatro sedes próprias nas cidades de Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop e Sorriso.

Homenagens e CEP- No mesmo dia foram entregues homenagens a profissionais registrados no CREA por relevantes serviços prestados, durante a reunião preparatória para o 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP).

Por estas razões é que peço aos Nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada o reconhecimento ao CREA - MT, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Ilustríssimo Presidente, Senhor Juares Silveira Samaniego, pela inauguração da Sede da Inspetoria no município de Sorriso, no dia 20 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: CREA - MT, Av. Historiador Rubens de Mendonça, 491, Araés, Cuiabá - MT, CEP: 78008-000.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público ao Governo do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Exmº Sr. Governador, Silval da Cunha Barbosa, pela assinatura do Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Ecológico de Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso assinará o Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Tecnológico de Mato Grosso. O evento acontecerá no dia 22 de maio às 14 horas no Gabinete do Senhor Governador.

Este evento será um marco no Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado, pois o referido Parque será uns dos primeiros da Região Centro-Oeste.

A assinatura do Protocolo de Intenções é um acontecimento que dará início a um processo que impulsionará o Desenvolvimento Tecnológico do Estado e ainda irá inserir os avanços Científicos no setor Empresarial e na Sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Mato Grosso é muito forte na agricultura e no setor primário. Nós precisamos atrair novas indústrias, fomentar a cadeia como um todo. Nós somos um dos maiores produtores de soja, mas não produzimos produtos derivados com maior valor agregado. É necessário melhorar a nossa logística, a nossa estrutura, a nossa energia, a pesquisa, a capacitação. O fortalecimento dessa cadeia, por meio do parque tecnológico, fará com que o estado dê um segundo salto em seu modelo econômico.

O próprio parque será um atrativo para que os pesquisadores permaneçam no estado. A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem cumprido o seu papel. O reitor tem realizado, dentro da política que o Governador determinou, a interiorização da universidade. Levar a educação superior onde o “eixo comercial não vai” é fundamentalmente o papel do Mato Grosso.

Nós somos um estado com dimensões de um país, mas temos apenas 141 municípios. É preciso construir polos regionais para que haja geração de emprego e renda e para que os cidadãos fiquem nessas localidades e não migrem para os bolsões de pobreza das grandes cidades.

Por estas razões é que peço aos nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulações e que seja enviada ao Governo do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Exmº Sr. Governador, Silval da Cunha Barbosa, pela assinatura do Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Ecológico de Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT, CEP: 78.050-970.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais a Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, na pessoa do Exmº Sr. Secretário, Rafael Bello Bastos, pela assinatura do Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Tecnológico de Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de Mato Grosso assinará o Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Tecnológico de Mato Grosso. O evento acontecerá no dia 22 de maio às 14 horas no Gabinete do Senhor Governador.

Este evento será um marco no Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado, pois o referido Parque será uns dos primeiros da Região Centro-Oeste.

A assinatura do Protocolo de Intenções é um acontecimento que dará início a um processo que impulsionará o Desenvolvimento Tecnológico do Estado e ainda irá inserir os avanços Científicos no setor Empresarial e na Sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Mato Grosso é muito forte na agricultura e no setor primário. Nós precisamos atrair novas indústrias, fomentar a cadeia como um todo. Nós somos um dos maiores produtores de soja, mas não produzimos produtos derivados com maior valor agregado. É necessário melhorar a nossa logística, a nossa estrutura, a nossa energia, a pesquisa, a capacitação. O fortalecimento dessa cadeia, por meio do parque tecnológico, fará com que o estado dê um segundo salto em seu modelo econômico.

O próprio parque será um atrativo para que os pesquisadores permaneçam no estado. A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem cumprido o seu papel. O reitor tem realizado, dentro da política que o Governador determinou, a interiorização da universidade. Levar a educação superior onde o “eixo comercial não vai” é fundamentalmente o papel do Mato Grosso.

Nós somos um estado com dimensões de um país, mas temos apenas 141 municípios. É preciso construir polos regionais para que haja geração de emprego e renda e para que os cidadãos fiquem nessas localidades e não migrem para os bolsões de pobreza das grandes cidades.

Por estas razões é que peço aos Nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, na pessoa do Exmº Sr. Secretário, Rafael Bello Bastos, pela assinatura do Protocolo de Intenções, visando à doação de 80 hectares no Município de Várzea Grande, onde futuramente será implantado o 1º Parque Tecnológico de Mato Grosso, no dia 22 de maio do corrente ano. No seguinte endereço: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT, CEP: 78050-970.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

Também, pelo mesmo motivo, pela assinatura do Protocolo de Intenções, da doação de oitenta hectares, na área denominada Chapéu do Sol, em Várzea Grande, para a implantação do primeiro Parque Tecnológico do nosso Estado, momento único e inovador no desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de Mato Grosso.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, a urgente necessidade de doação de uma ambulância para o Município de Porto Esperidião, para atender as comunidades da linha de fronteira.

Com fulcro no art. 160, Inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, mostrando a urgente necessidade de doação de uma ambulância para o Município de Porto Esperidião, para atender as comunidades da linha de fronteira.

JUSTIFICATIVA

Trata a presente Indicação da urgente necessidade de doação de uma ambulância para o Município de Porto Esperidião, reivindicação da população do município, neste ato representados pelos Ilustres Vereadores Henrique Alberto Moura e Ricardo Pereira Junqueira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Considerando que a estrada que margeia a linha de fronteira do município com a República Federativa da Bolívia, com 150 quilômetros de extensão, onde se encontram diversas comunidades com elevado percentual de pessoas que possuem grandes dificuldades no sentido de receber atendimento médico-hospitalar, sobretudo, no transporte de pacientes que necessitam de remoção para a sede do Município ou para o Hospital Regional de Cáceres, especialmente no período de chuvas, onde a rodovia MT-265 apresenta grandes dificuldades de manutenção e trafegabilidade.

Considerando que o único veículo (carro que transportava pacientes) que servia esta região foi retirado no final do ano passado para a manutenção e não retornou, pois a mesma encontra-se hoje na sede atendendo as necessidades locais e em estado precário de conservação.

Por estas razões e considerando que é nosso dever como representante da nossa gente neste Parlamento, solicito o apoio à aprovação desta Indicação que vem ao encontro dos anseios da sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópias à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, na pessoa da Exmª Srª Secretária Roseli Barbosa, e à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, na pessoa do Exmº Secretário Ananias Filho, a necessidade da construção e implantação do Programa “Academia da Saúde”, na Praça da Herculano Neves, no Município de Porto Esperidião.

Com fulcro no art. 160, Inciso II do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópias à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, na pessoa da Exmª Srª Secretária Roseli Barbosa, e à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, na pessoa do Exmº Secretário Ananias Filho, mostrando a necessidade da construção e implantação do Programa “Academia da Saúde”, na Praça da Herculano Neves, no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao clamor dos munícipes, neste ato representado pelos ilustres Vereadores Henrique Alberto Moura e Ricardo Pereira Junqueira, sirvo-me da presente indicação para solicitar de V. Exªs que empenhem esforços no sentido de viabilizar a construção e implantação do Programa Academia da Saúde, na Praça da Herculano Neves, no Município de Porto Esperidião.

Criado pela Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011, o programa é resultante de uma política do Ministério da Saúde que busca, localmente, construir políticas e espaços de promoção da saúde, reconhecendo o território e a comunidade como atores fundamentais na articulação e reconhecimento dos determinantes sociais da saúde a partir da realidade local. A construção de pólos, além de oferecer infraestrutura e equipamentos, deve articular práticas que promovam modos de vida saudáveis e que dialoguem com outras políticas como o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

O Programa Academia da Saúde visa contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de espaços públicos construídos com infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para o desenvolvimento de práticas corporais; orientação de atividade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

física; promoção de ações de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar, bem como outras temáticas que envolvam a realidade local; além de práticas artísticas e culturais, seguindo os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os pólos de Academia de Saúde são parte integrante da Atenção Básica, compondo mais um ponto de atenção à saúde. A organização e o planejamento dos pólos são coordenados pela atenção básica e deve ser articulados com os demais pontos de atenção à saúde, além de estar vinculados a um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) ou uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

A implantação da referida academia vem fortalecer trabalho já realizado com os portadores de doenças crônicas em nosso município.

Quanto ao local para instalação da Academia de Saúde sugerimos um local, sem custos, que é na Praça da Herculano Neves.

Por estas razões e considerando que é nosso dever como representante da nossa gente neste Parlamento, que solicito o apoio à aprovação desta indicação, que vem ao encontro dos anseios da sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WALTER RABELLO) – Com a palavra, o Deputado Wagner Ramos.

O SR. WAGNER RAMOS – Sr. Presidente, para apresentar uma proposição de nossa autoria.

MOÇÃO DE PESAR: Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Pesar, na forma: pelo falecimento do Sr. Miguel Romanhuk, ocorrido no último dia 18 de maio, em Tangará da Serra, acometido de infarto fulminante.

Seu passamento causou profunda tristeza e dor a todos os familiares, amigos e à população tangaraense que sentirão falta de tão importante familiar, amigo e representante político que atuou dignamente em prol da sociedade.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Miguel Romanhuk morreu na madrugada do último sábado, dia 18 de maio, por volta das 03:00 horas, vítima de um infarto fulminante.

Miguel Romanhuk, ex-Vereador por Tangará da Serra, chegou em 1984 na cidade e nesses 29 anos teve destaque importante no município, em especial na área da saúde. Sua trajetória política iniciou-se em 1987, quando foi Assessor de Saúde do, então, Deputado Jaime Muraro, cargo que conduziu até 1994. Já em 1996, assumiu a Secretaria de Saúde em Tangará por dois mandatos.

Após isso, em 2008, se candidatou ao cargo de Vereador e foi eleito com o maior número de votos da história do Legislativo tangaraense. Neste período foi eleito duas vezes consecutivas Presidente da Casa de Leis tangaraense 2010-2011 e assumiu (após a cassação do Prefeito Júlio César) o cargo de Prefeito por aproximadamente 60 dias.

Miguel Romanhuk sempre teve visão para o social, trabalhando arduamente em prol da sociedade, e é por estas e outras razões que apresento a presente Moção de Pesar ao Sr. Miguel Romanhuk, onde conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado WAGNER RAMOS – PR

Então, apresento esta Moção de Pesar à família do companheiro Miguel Romanhuk, uma pessoa que me apoiou na última eleição para Deputado Estadual e na última eleição para Prefeito. Em 2012 ele foi candidato a Vereador novamente e estava no nosso bloco de aliança. Então, era um grande companheiro.

Então, por esses motivos, apresentamos esta Moção de Pesar à família pelo falecimento do amigo, companheiro Miguel Romanhuk.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WALTER RABELLO) - Nos termos do Art. 118, § 1º, do Regimento Interno, foram apresentadas proposições de autoria do Sr. Deputado:

LUIZ MARINHO:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, a Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, a necessidade de se construir uma praça com área de lazer no Bairro Planalto, Município de Alto Paraguai.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no art. 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, à Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, mostrando a necessidade de se construir uma praça com área de lazer no Bairro Planalto, Município de Alto Paraguai.

JUSTIFICATIVA

Esta Indicação se faz necessária tendo em vista a necessidade de se construir uma praça com área de lazer no Bairro Planalto, Município de Alto Paraguai. A construção dessa praça com área de lazer é uma reivindicação antiga dos seus moradores que carecem de um local aprazível e seguro onde possam levar seus filhos para entretenimento e lazer e adultos e idosos para o necessário convívio em comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.
Deputado LUIZ MARINHO – PTB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, a necessidade de se construir uma quadra de esportes no Bairro Fazenda Velha, no Município de Alto Paraguai.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no art. 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Paraguai, mostrando a necessidade de se construir uma quadra de esportes no Bairro Fazenda Velha, no Município de Alto Paraguai.

JUSTIFICATIVA

Esta Indicação se faz necessária tendo em vista a necessidade de se construir uma quadra de esportes no Bairro Fazenda Velha, no Município de Alto Paraguai. No local não há uma quadra para a prática de esportes e lazer para atender a comunidade. A construção dessa quadra beneficiará toda a população e proporcionará melhores condições para a atividade desportiva.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado LUIZ MARINHO – PTB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia, à Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, a necessidade da instalação de postes de iluminação pública na Rua da Usina, Bairro Fazenda Velha, no Município de Alto Paraguai.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no art. 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia, à Exmª Srª Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, mostrando a necessidade da instalação de postes de iluminação pública na Rua da Usina, Bairro Fazenda Velha, no Município de Alto Paraguai.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Indicação, pois, a rua não tem rede de energia. Faltam postes para a iluminação da mesma, o que torna perigosa a circulação de pessoas no período noturno pelo Bairro. Com a implantação da rede de energia a comunidade será beneficiada com a garantia da segurança pública que é dever do Estado para a população.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado LUIZ MARINHO – PTB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, Exmª Srª Secretária de Trabalho e Assistência Social e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, a necessidade de se reformar a praça e a quadra de esportes do Bairro COHAB, no Município de Alto Paraguai.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no art. 160 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, Exmª Srª Secretária de Trabalho e Assistência Social e ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Alto Paraguai, mostrando a necessidade de se reformar a praça e a quadra de esportes do Bairro COHAB, no Município de Alto Paraguai.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Indicação, porque a praça e a quadra de esportes do bairro foram construídas há mais de 20 anos e se encontram sem condições de realizar eventos, lazer e esportes. Falta, inclusive, iluminação.

Diante desse quadro a população reivindica que as autoridades se manifestem, visto que esses locais são de grande utilidade para a comunidade que conta com um grande número de crianças e jovens que necessitam de espaço para as atividades de lazer e desportiva.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de maio de 2013.

Deputado LUIZ MARINHO – PTB.”

Encerrado o Pequeno Expediente, tendo expirado o tempo do Grande Expediente, passemos à Ordem Dia.

O Sr. Marcio Pandolfi – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (WALTER RABELLO) – Com a palavra, o nobre Deputado Marcio Pandolfi, pela Ordem.

O SR. MARCIO PANDOLFI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, só quero fazer um relato do Juiz de Execuções Penais de Cuiabá, Dr. Geraldo Fernandes Fidelis, em relação à situação dos presídios do nosso Estado de Mato Grosso.

Conforme o Dr. Geraldo Fernandes Fidelis, inexistente estabelecimento penal compatível com as exigências da Lei de Execução Penal.

No seu relato, ele fala: “que somente nos presídios da Capital há um número muito grande de reeducandos que necessitam de modo urgente mudar de regime ou serem colocados em liberdade condicional, mas que não podem ter seus pedidos apreciados...”

Por incrível que possa parecer, o Estado de Mato Grosso não tem médicos psiquiátricos lotados na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos para atuar tanto na realização dos exames criminológicos como nos executivos de penas referentes ao cumprimento de medidas de segurança.”

Continua.

“A conjuntura atual ...” - conforme o Doutor – “...não pode ser admitida, pois, somente restam aos juízes competentes duas situações, uma em prejuízo da sociedade; outra em prejuízo dos próprios reeducandos.

Seria: aguardar indefinidamente face à inércia da Administração Pública Estadual, a análise da possibilidade de progressão dos regimes dos reeducandos que já preenchem os requisitos legais; ou a segunda opção é mesmo ausente o exame criminológico definir a progressão do regime e entregar à sociedade possíveis psicopatas ou criminosos contumazes, expondo a risco os cidadãos mato-grossenses que esperam da Justiça a segregação ou tratamento daqueles que não estão aptos ao convívio social e, por consequência, correr-se o risco do aumento da criminalidade em todos os sentidos.”

(O SR. DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:30 HORAS).

O SR. MARCIO PANDOLFI - Ele encerra o seu Ofício, dizendo que foi firmado um Termo de Cooperação com o Estado de Mato Grosso.

Esse Termo de Cooperação foi firmado em 2009, ou seja, há quatro anos e, ainda, rescinde a omissão do Poder Executivo Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Indicações apresentadas na Sessão Ordinária de ontem, dia 21 de maio, e na Sessão de hoje, de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Fraga, Dr. Antônio Azambuja, Wagner Ramos, Riva, Walter Rabello, Sebastião Rezende, Pedro Satélite e Luiz Marinho...

O Sr. Sebastião Rezende – Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o ilustre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Para solicitar a Vossa Excelência verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito do ilustre Deputado José Domingos Fraga que assuma...

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Gostaria que Vossa Excelência fizesse a verificação de *quorum* de forma nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito ao ilustre Deputado José Domingos Fraga assumir a 1ª Secretaria e proceder à verificação de *quorum* nominal.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA ASSUME A 1ª SECRETARIA)

O SR. 1º SECRETÁRIO (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) – Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Atendendo a solicitação de Vossa Excelência, Sr. Presidente, passo à chamada nominal dos colegas: Deputado Emanuel (PRESENTE); Deputado Pedro Satélite (PRESENTE); Deputado Marcio Pandolfi (PRESENTE); Deputado Sebastião Rezende (PRESENTE); Deputado João Malheiros (PRESENTE); Deputado José Domingos Fraga (PRESENTE); Deputado Airton Português (PRESENTE); Deputado Dr. Antônio Azambuja (PRESENTE) e o Deputado Romoaldo Júnior.

Portanto, Sr. Presidente, nove Srs. Deputados presentes na referida sessão. Não há *quorum* para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Sem *quorum* para deliberação, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, o ilustre Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que pese não termos tido a Ordem do Dia, vou oportunizar levar ao conhecimento dos Srs. Deputados, Deputado Marcio Pandolfi, uma questão de interesse estadual e de interesse muito maior da região do Médio Norte mato-grossense, especificamente lá da região, Deputado Marcio Pandolfi, que faz parte o consócio intermunicipal de saúde do Vale Teles Pires.

Hás uma briga, praticamente dizendo, muito forte por parte do Deputado José Domingos Fraga, do Deputado Mauro Savi, do Deputado Marcio Pandolfi, do Deputado Dilmar Dal Bosco, de todos aqueles municípios que fazem parte daquele consórcio, Enio, de nós melhoramos ou aumentamos os procedimentos pactuados entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - que é a OSS que administra o Hospital Regional de Sorriso - e o Governo do Estado.

Nós não podemos deixar de reconhecer que com essa gestão diferenciada humanizou o hospital; acabou com as macas nos corredores; melhorou a parte interna por meio das mudanças e da reforma que ali foi feita. Mas o que foi pactuado, contratado pelo Governo do Estado, os procedimentos são menos do que se tinha no passado, com menos especialidade e, além disso,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

com um número de procedimento por especialidade existente bem inferior ao do passado, e com custo Vereador Enio, bastante significativo, em torno de três milhões de reais por mês.

Eu, como os outros Deputados, estou constantemente cobrando que o hospital deixe de ser um hospital generalista, mas que seja um hospital de especialidade, que possa, ali, receber pacientes com patologias complexas, parar por ali para desafogar a Capital; parar de fazer a saúde sobre rodas e deixemos de fazer com que milhares de brasileiros, trabalhadores, morram dentro de uma ambulância antes mesmo de chegar à Capital do Estado.

E nós temos indicado, já de forma reiterada, a necessidade de colocarmos um neurocirurgião, até porque no passado tinha um neurocirurgião que não fazia as cirurgias, as intervenções que gostaríamos que fizesse, mas, pelo menos, estabilizava um paciente com traumatismo craniano, com AVC. E hoje, infelizmente, o hospital regional de Sorriso, que diz ser regional, só está fazendo média e baixa complexidade. Não é o hospital que nós queremos para a nossa região.

E, por incrível que pareça, depois de várias indicações nossa nesse sentido, conversa com o Governador, com o Secretário de Estado de Saúde, com todos que passaram e, ultimamente, com o Secretário Mauri Rodrigues de Lima, da região, que conhece o problema, ele mandou o nosso Ofício para o Instituto de Desenvolvimento Humano, que administra o Hospital Regional de Sorriso, para que pudesse emitir um parecer.

Para a nossa tristeza, Sr. Presidente, o parecer veio com umas questões contraditórias que nos leva a defender uma forma emergencial que a Comissão Permanente de Saúde desta Casa possa averiguar algumas denúncias que têm chegado a aqui, porque no relatório diz que: “O referido estudo que foi feito contempla a contratação dos profissionais necessários à estruturação de um serviço; treinamentos dos demais profissionais que atuam na unidade; aquisição de equipamentos para o centro cirúrgico; aquisição de equipamento para UTI, que se faz necessário.”

É lógico, a partir do momento que você vai colocar uma especialidade de alta complexidade, é público e notório que haverá necessidade de adquirir esse equipamento e nós já temos conhecimento disso.

O estudo a ser finalizado deverá apresentar uma proposta global para inserir essas especialidades no rol dos procedimentos contratualizados. É isso que nós queremos e que uma mera contratação não será suficiente para solucionar os problemas concernentes à questão de neurocirurgia.

Nós não queremos tapar o sol com a peneira. Nós queremos que de fato seja contratado esse neurocirurgião para fazer as intervenções que, hoje, quando o paciente consegue chegar à Capital são feitas. A maioria dos pacientes que tem traumatismo craniano, que tem AVC, lá no extremo Norte de Mato Grosso, não chega à Capital do Estado porque vem a óbito. Muitos deles são estabilizados com ventilação mecânica precária, porque não existe UTI na região e, depois, nós já sabemos que o seu final, sem sombra de dúvida, é vir a óbito.

Eles ainda informam que: “O Hospital Regional de Sorriso atualmente não é referenciado para o tratamento nesta especialidade.” É o que nós queremos é fazer com que ele seja referenciado, sim, nessa especialidade.

Por último, eles dizem o seguinte: “Cumpre-nos, ainda, o dever de alertar para a possibilidade de que o serviço de neurocirurgia seja implantado no Hospital Regional de Sorriso, mantidas as estruturas atuais de salas cirúrgicas, leitos de internação de pacientes e leitos avançados de Terapia Intensiva, o atendimento a pacientes das demais especialidades poderão vir a ser prejudicados.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Isso aqui, Deputado Romoaldo Júnior, leva-me a crer que esse instituto, Deputado Dr. Antônio Azambuja, não tem interesse em pactuar essa especialidade, porque se nós vamos colocar um neurocirurgião, é lógico que temos que ter instrumental; tem que melhorar o centro cirúrgico; tem que melhorar a UTI; temos que dar condições para que de fato essa especialidade de alta complexidade adentre ao hospital.

Agora, a partir de quando? Coloca um monte de obstáculo que me leva a crer que essa denúncia, Deputado Romoaldo Júnior, que chegou nesta Casa, vinda do Hospital Regional de Sorriso, é verdadeira. Ele apresenta aqui um quadro que os procedimentos cirúrgicos pactuados não estão sendo realizados e que durante um determinado período só foram realizadas três grandes cirurgias, cinquenta e cinco cirurgias de média complexidade, cirurgia considerada média, e quatrocentas e quinze cirurgias eletivas.

Parece-me que a nossa proposta de avançar, de pactuar procedimento de alta complexidade não é a vontade do instituto que hoje faz a gestão daquele hospital.

E a minha preocupação vai mais além, ainda, quando a denúncia diz o seguinte: “A unidade hospitalar, devida a baixa resolutividade no atendimento dos usuários, tem motivado a constante transferência dos pacientes, adotando como uma prática comum a famosa e tímida ambulância terapia. Se não bastasse, é aguardada a infeliz piora dos quadros clínicos dos pacientes para que os desloque a uma ambulância que faz a UTI. Dessa maneira, não se tem a despesa com o tratamento do paciente e, tão pouco, com os custos de sua remoção até outras unidades hospitalares.”

Esse é o quadro da denúncia que veio de lá para cá e parece-me que é verdadeira. Se o Instituto de Desenvolvimento Humano tivesse interesse de fazer com que aquele hospital fosse de referência, para atender todas as demandas, seja de média e de alta complexidade, dos mais variados rincões do extremo norte de Mato Grosso, iria abraçar, abraçaria mais esse desafio, mais essa especialidade para que de fato possamos diminuir esse fluxo de pacientes aqui na Capital do Estado, sendo que muitos sequer conseguem aqui chegar. Isso nos deixa bastante triste.

Pior ainda, Deputado Dr. Antônio Azambuja - Vossa Excelência que é Médico -, a própria denúncia diz assim:

“Dá adjudicialização.

Segue abaixo, relacionado, algumas das ações judiciais interpostas em desfavor dos entes governamentais, as quais poderiam ter sido resolvidas na Unidade Hospitalar de Sorriso.”

Relata aqui dezenas de decisões judiciais que tornou a saúde do Município de Sorriso adjudicializada, que faz com que esses pacientes que deram entrada no Hospital Regional de Sorriso tenham que ir para um hospital particular, fazendo com que - alega a denúncia - esses custos, que poderiam ser absolvidos pelo Hospital Regional de Sorriso, são absolvidos por outros hospitais particulares, custos esses que, com certeza, Deputado Marcio Pandolfi, só da adjudicialização da saúde do Município de Sorriso de competência do Governo do Estado, daria para fazer todas as alterações necessárias para que nós pudéssemos colocar ali um neurocirurgião.

Infelizmente o Governo, junto com o próprio Instituto de Desenvolvimento Humano, que faz a gestão daquele hospital, parece que é muito mais interessante pagar para a iniciativa privada as custas judiciais e ao mesmo tempo ver o paciente morrer até a míngua por falta de alguma especialidade dessa natureza, do que gastar um milhão, dois milhões de reais, para salvar dezenas de vidas, através de uma especialidade dessa que, infelizmente, não existe na Região do Centro Norte Mato-grossense.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luciane Bezerra, o meu desabafo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Estarei, com certeza, lutando para que de fato a neurocirurgia possa ser implantada naquele hospital para atender milhares de pacientes, mais de quinhentos mil habitantes que hoje, infelizmente, quando buscam uma especialidade igual a essa tem que se dirigir à Capital do Estado, o que não podemos aceitar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Liderança do PDT, o ilustre Deputado Marcio Pandolfi.

O SR. MARCIO PANDOLFI - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu cumprimento as palavras do Deputado José Domingos Fraga, que relatou um fato que vem acontecendo continuamente neste Estado.

O que estamos passando hoje com a saúde pública deste Estado é inaceitável. É inaceitável!

Nós temos problemas hoje com o SAMU, temos problemas hoje com a Farmácia de Alto Custo, que não tem medicamentos, e não é um medicamento que não tem, praticamente todos estão faltando continuamente, e são se resolve esse problema.

Temos problemas com os hospitais deste Estado, temos filas hoje para uma vaga na UTI. Não podemos aceitar fila para UTI! Além do mais, com o que o Governo vem investindo hoje dá para se fazer muito mais.

O que eu quero dizer com isso? Nós precisamos, urgentemente, de um choque de gestão nesse Governo. Não dá para aceitar o que se está gastando e a péssima qualidade do serviço oferecido para a população do Estado de Mato Grosso. Não podemos aceitar.

Esta Casa tem que se pronunciar. Esta Casa tem que se levantar e, urgentemente, exigir que esse Governo tome providências. Chega de explicações, chega de levar com a barriga esse problema gravíssimo. Vidas vêm sendo ceifadas diariamente neste Estado e nada é feito. Só ficamos no discurso.

O Governo vai para a imprensa, dá algumas explicações, mas não toma atitude. Nós precisamos de atitude, urgentemente, já, para que essa situação seja melhorada rapidamente. Parceiros para isso não faltam, alternativas para isso não faltam, projetos para isso também não faltam. O que falta? Vontade política, decidir, querer fazer, força de vontade. É isso que está faltando.

Por isso, parabéns, Deputado José Domingos Fraga! Conte comigo e, certamente, se esse Governo quiser, se nos ouvir, ouvir a sociedade, pode ter certeza que a saúde pública pode, sim, melhorar urgente e rapidamente.

Obrigado, Sr. Presidente!

Obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Dr. Antônio Azambuja.

O SR. DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - Quero só complementar aqui o que o Deputado Marcio Pandolfi colocou, Deputado Romoaldo Júnior.

É por esse motivo que o PP não quer mais o Mauri na Secretaria. É por esse motivo que nós reunimos com o Governador e colocamos para ele a nossa posição. Entendeu? E é por esse motivo que na semana passada o Deputado Emanuel Pinheiro defendeu aqui o Mauri. Quem defende incompetência põe no seu Partido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

No nosso Partido, indicado pelo PP, não vai ficar! O Governador tem toda a liberdade de escolher o Secretário que ele quer, da forma que ele quer e conduzir o Governo da forma que ele quer, mas não bancado pelo PP.

Não queremos mais esse Secretário e já colocamos essa posição para o Governador. O Governador tem que definir.

Já tem mais de 60 dias que pedimos a ele a substituição desse Secretário e ele tem que definir, se ele quer o Mauri ou se ele quer o PP. E nós não vamos esperar mais. Nem eu, nem o Deputado Ezequiel Fonseca e nem o Deputado Federal Pedro Henry. Nós colocamos para ele o nosso posicionamento. Chegou!

Eu não vou obrigá-lo a tirar o Mauri. Ele faz o que ele quiser. Eu acho que o direito é dele, como Governador. Se eu fosse Governador, eu também pensaria com a minha cabeça. Mas é inadmissível o Partido ficar sujeito a uma pessoa que não representa mais o Partido e não age como Secretário de Estado. Por tudo isso que os colegas Deputados têm colocado, que a imprensa inteira divulga, e é inadmissível, mais de 60 dias, 90 dias sem assinar um único processo para aquisição de medicamentos de alto custo. E, pior, sem pagar os fornecedores.

Pedir, falar que está comprando, é fácil. Eu quero ver é o fornecedor entregar um medicamento à Farmácia de Alto Custo sem receber o que está para trás. O Governador já garantiu o recurso, mas, infelizmente, não sabemos por qual motivo o Secretário não paga.

É inadmissível um Hospital Regional, como o de Sorriso, falar que não tem neurologista, porque temos um neurologista lá. Então, não é um Hospital Regional, porque isso é o básico.

Aí mandamos uma carta ao Secretário E ele manda para a OSS responder. Quem tem que responder é ele, como Secretário: “Se não tem, eu vou colocar. Se não está no contrato, eu acho que é importante, eu vou por.” E não mandar o ofício para OSS responder. A OSS, é óbvio, vai responder o que está contratualizado.

Então, é por essa falta de assumir suas responsabilidades como Secretário e por outros e outros casos que não o queremos mais na nossa indicação.

O Governador tem que fazer o que ele quer. Mas o que acontecer do dia em que estivemos com o Governador para cá, qualquer coisa que acontecer na Secretaria de Saúde é de responsabilidade única e exclusiva do Governador Silval Barbosa e do Sr. Mauri.

Se morrer alguém por falta de medicamento de alto custo, não é responsabilidade do Partido Progressiva. É responsabilidade do Governador Silval Barbosa e do Sr. Mauri. Se está sendo judicializado, se todo dia tem gente entrando com ação contra o Governo, contra a Secretaria do Estado, para comprar medicamento de alto custo, que vai custar muito mais caro ao Governo, é responsabilidade do Sr. Mauri e do Sr. Governador do Estado, Silval Barbosa, que mantém o Sr. Mauri no cargo.

Se os servidores da Secretaria de Saúde não querem ver o Sr. Mauri dentro da Secretaria, é responsabilidade do Governador que não mantém lá no cargo. Não é nossa, não, porque nós, quando vimos que não funcionava, fomos lá e falamos ao Governador, assumimos o nosso erro e falamos a ele: Governador, não vai funcionar.

O Governador não foi enganado em momento nenhum, porque ele conversou com o Prefeito de Sinop sobre o Mauri, ser era bom ou se não era bom. Nós não empurramos ninguém goela abaixo do Governador para ele nomear! Ele teve oportunidade de conversar com o Prefeito de Sinop e saber se o Mauri era bom ou não. Antes de eu e o Deputado Ezequiel Fonseca avalizarmos,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

o Governador já tinha conversado com o Prefeito de Sinop sobre o Mauri. Só depois eu e o Deputado Ezequiel Fonseca avalizamos a nomeação do Mauri.

Então não venha atribuir a nós nem ao nosso partido essa irresponsabilidade que está acontecendo na Secretaria de Saúde do Estado. Nós não vamos carregar essa culpa.

Esses dias atrás, o Sr. Pedro Nadaf ligou para o nosso Líder do Governo, que hoje preside esta Sessão, dizendo que a nomeação que eu, o Deputado Ezequiel Fonseca e o Deputado Airton Português fizemos lá em Cáceres era de uma pessoa que tinha problemas na justiça, era de um servidor incompetente. Estão aqui, assinado pelo Juiz da cidade, pelo Defensor Público da cidade, pelo Delegado da Polícia Federal de Cáceres e pela Delegada chefe do CISC as cartas de esclarecimento, dizendo da competência do Dr. Jones. Ouviu, Deputado Romoaldo Júnior? Porque o Sr. Alexandre Bustamante foi até o Sr. Pedro Nadaf falar que o Sr. Jones era incompetente, irresponsável e que tinha muito processo na justiça.

(O SR. DEPUTADO DR. ANTÔNIO AZAMBUJA EXIBE DA TRIBUNA A DOCUMENTAÇÃO CITADA.)

O SR. DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - Eu nunca vi uma pessoa com processo na justiça ser avaliada por um Delegado da Polícia Federal, pelo Juiz da Comarca, pelos Delegados da cidade! O que existe neste Governo, infelizmente, Deputado Romoaldo Júnior, Vossa Excelência que é Líder do Governo, é falta de vontade de atender os parceiros! É compromisso com os Deputados! Infelizmente, o Governador Silval Barbosa tem Secretário dentro do Governo dele que nunca teve um voto, mas que quer ser melhor do que os Deputados, quer mandar mais do que os Deputados, como já aconteceu comigo, com o Deputado Ezequiel Fonseca, com o Deputado Airton Português, com o Deputado Wagner Ramos. Demissões nos municípios, nas bases onde o Governo fez um acordo de que os Deputados mais votados indicariam o cargo. E nós nunca reivindicamos um irresponsável! Mas parece que na Casa Civil todo mundo que indicamos é irresponsável. Isto é uma vergonha: Não conversar com os Partidos aliados! Só é aliado na hora de votar as coisas do Governo. Na hora de votar para o Governo, aí nós somos aliados, somos respeitados. Na hora de tratar conosco pessoalmente, trata pela imprensa. Como estamos vendo a entrevista do Governador que falou que não troca o Secretário Mauri pela imprensa. Se quer falar conosco pela imprensa, Deputado Romoaldo Júnior, nós vamos falar também pela imprensa, nós temos condições de falar pela imprensa.

Nós não mandamos carta para a imprensa quando fomos pedir a demissão do Secretário Mauri. Nós fomos lá falar com o Governador e esperamos o mesmo tratamento. Essa é a nossa posição. Nós queremos o mesmo tratamento.

O Sr. Ezequiel Fonseca - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - Concedo um aparte ao Deputado Ezequiel Fonseca.

O Sr. Ezequiel Fonseca - Deputado Dr. Antônio Azambuja, acabando de chegar aqui na Assembleia Legislativa, recebi uma ligação do Município de Cáceres com o Sr. Idelvan, que Vossa Excelência bem conhece, para reclamar, mais uma vez, que aquela pactuação que fora feita lá na Casa Civil junto com Secretário Mauri, que era para dividir o atrasado em seis parcelas e que o pagamento seria feito todo do mês mais as parcelas, até hoje ainda não foi repassada, essas parcelas.

E vendo Vossa Excelência colocar o ponto de vista do que vem acontecendo nos últimos dias com o Partido Progressista, com o trabalho que nós fizemos e na conversa que tivemos com o Governador, o Partido Progressista não mais se responsabiliza pelo Secretário Mauri.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Então, eu venho aqui dizer a Vossa Excelência que nós estamos juntos nesse embate e teremos que nos posicionar perante o Governador ao ponto de que ele faça a melhor opção. Se ele quer continuar com o desmando, com a situação que está a saúde, continue com o Secretário Mauri, mas, realmente, o PP não pode mais compactuar, até porque a mesma responsabilidade que tivemos para indicar o Mauri, estamos tendo também para dizer que erramos e não queremos mais ter essa responsabilidade, uma vez que ele não consegue tocar a Secretaria de Estado de Saúde. Porque, se deixar como está, daqui uns dias vai paralisar tudo! Essa é a posição do nosso partido e essa é a nossa posição, companheiro Deputado Dr. Antônio Azambuja.

O SR DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - Obrigado Deputado Ezequiel Fonseca.

Então, era isso, Deputado Romoaldo Júnior, que queria colocar. Dizer que o Governador teve a oportunidade de fazer a escolha dele, e o Partido Progressista com certeza vai fazer a sua escolha, com certeza não vamos mais tolerar esse tipo de situação. Porque é muito chato. O Mauri não precisa passar por esse tipo de situação. O Governador poderia ter tratado esse assunto como nós tratamos com ele, lá dentro do gabinete dele. Não teria a necessidade de expor a vida pessoal do Mauri, eu não estou aqui para falar mal da pessoa do Mauri, eu não o conheço como pessoa, o conheci no meu gabinete quando fui conversar com ele para indicá-lo como Secretário, não tenho nada contra a pessoa dele, mas ele foi indicado pelo nosso partido e em momento nenhum respeitou o nosso Partido, por isso ele não conta com o meu apoio. Não conta com o meu apoio para ser indicado.

Se o Governador quiser continuar com ele, um abraço para o Governador e que continue com o Mauri. Traga ele e o Pedro Nadaf para votarem para ele aqui na Casa! É a opção que ele tem. Se ele acha que o Mauri e o Pedro Nadaf são mais importantes do que os Deputados, coloque-os para votar para ele aqui.

Era só isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Dr. Antônio Azambuja, eu respeito demais tanto Vossa Excelência quanto o Deputado Ezequiel Fonseca, que sempre encaminhou os assuntos do PP junto ao Governo do Estado para tentar uma solução. Vossa Excelência tem razão quando a Casa Civil, sem consultá-lo, fez alterações lá no Município de Pontes e Lacerda.

Na questão do Mauri, o próprio Partido indicou e eu vejo o Secretário Mauri tentando acertar a Secretaria. Os problemas da Secretaria não vêm com a posse do Mauri. Não faltou medicamento porque o Secretário Mauri deixou faltar, o problema é um pouco mais complexo. O Governador já anunciou que está mudando o foco, dedicando praticamente toda a prioridade para a saúde no sentido de adequar. É importante lembrar que este Governo já abriu nos seus dois anos e seis meses de mandato praticamente mais de quatrocentos e noventa leitos em todo o Estado de Mato Grosso.

As OSSs foram implantadas pelo PP, com o apoio de toda a bancada do Governo nesta Casa, inclusive eu, como Líder do Governo, encaminhei muito favoravelmente. O Sistema funciona, está provado isso em Cáceres, em Rondonópolis, em Alta Floresta, com o Hospital Metropolitano, que tem feito um trabalho bom. Agora, essa questão partidária nós temos que resolver e resolver rápido. Estarei hoje com o Governador solicitando que convoque o Deputado Ezequiel Fonseca e o Deputado Dr. Antônio Azambuja, que têm sido parceiros do Governo nesta Casa, mas também é necessário ouvir o Governador, o questionamento do Governador e a pontuação do Governador dos avanços que estão acontecendo naquela pasta e o tempo necessário que o Secretário Mauri Rodrigues de Lima precisa para acertar e mostrar os resultados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Entendo a situação da bancada, mas lamento essa posição de ou o Secretário sair ou o PP sair. Eu acho que o PP tem como estar na base do Governo, ajudar o Governo a terminar o mandato, já que o PP está desde o início e ajudou a eleger, mas deem autonomia ao Secretário para fazer as alterações e as mudanças que de aquela Pasta precisa.

Então, ainda hoje estarei com o Governador solicitando que receba os dois Deputados para colocar uma definição nessa questão.

Só para anunciar, do pagamento de Cáceres está faltando uma parcela. Já foi paga a de Rondonópolis, já foi paga a de outros pólos, a de Cáceres deverá ser paga até amanhã, porque está faltando dotação orçamentária, está sendo enviado para Cáceres um milhão, cento e vinte e quatro mil reais. O dinheiro já está sendo disponível, faltando apenas a questão orçamentária, e o Secretário inclusive pediu o nosso apoio para resolver junto ao Secretário Arnaldo Alves.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de dez minutos.

Antes, porém, anuncio aqui a presença honrosa dos ilustres Vereadores do Município de Santa Carmem: Carlos Eduardo, Anselmo Popia e Diorgene Souza Araújo – Egídio Araújo.

Sejam bem-vindos a este Parlamento!

Com a palavra, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, assistência e telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Apesar de ter sido injustamente provocado pelo Deputado Dr. Antônio Azambuja, Sr. Presidente, não vou entrar nessa discussão, até porque respeito-o, assim como respeito o Deputado Ezequiel Fonseca. Aliás, gosto muito dos dois Parlamentares, respeito demais a atuação Parlamentar deles. É uma questão partidária e já emiti daqui, desta tribuna, a minha opinião, a minha amizade e a forma como vejo a atuação do Secretário Mauri Rodrigues de Lima por quem tenho um respeito enorme e uma confiança muito grande.

Então, deixo e torço para que o PP, juntamente com o Governador Silval Barbosa, realize um desfecho salutar, pois, precisamos desses dois Deputados aqui, em plenário, da experiência e do trabalho de cada um, para continuarmos a realizar os grandes feitos prometidos em praça pública quando ganhamos a eleição com o Governador Silval Barbosa.

Esse é o nosso grande compromisso com a sociedade mato-grossense!

Sr. Presidente, venho à tribuna, neste momento, para falar de uma reunião, hoje, às 14:00 horas, no Gabinete do Governador Silval Barbosa, acompanhando o Prefeito de Várzea Grande, Wallace Guimarães; o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, João Carlos Hauer e o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Rafael Bello Bastos, para prestigiar a assinatura do Protocolo de Intenção da doação de oitenta hectares na nossa querida cidade industrial para a implantação do tão sonhado Parque Tecnológico em Várzea Grande.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Parque Tecnológico é o perfil de uma cidade, de uma região, em desenvolvimento. É uma concentração geográfica de empresas, de instituições de ensino, de incubadoras de negócios, de centro de pesquisas que se unem geograficamente, estrategicamente para promover o desenvolvimento por meio da parceria, por meio da inovação tecnológica, da alta tecnologia de ponta para promover a geração de emprego, de rendas e de oportunidades por meio da tecnologia de ponta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Quando nós assistimos essa possibilidade que há dez anos acompanhamos a discussão aqui, na Baixada Cuiabana, mais especificamente em Várzea Grande, começamos alimentar a certeza, não é nem esperança, Sr. Presidente e nobres Pares, que o futuro está chegando.

Da década de 90 para cá se começou a se falar exatamente em Parque Tecnológico, porque são oportunidades que se criam em grandes regiões, em regiões de grande concentração populacional e de grande concentração de riquezas.

Então, o Parque Tecnológico é a ciência, o Governo e a iniciativa privada agindo em conjunto para produzir o conhecimento; para produzir, por meio da alta tecnologia, da tecnologia de ponta, a qualificação, o conhecimento da sua produtividade e o aumento da sua competitividade.

A instalação do Parque Tecnológico aqui, na nossa região, Sr. Presidente e nobres Pares, transformará o perfil da Cidade Industrial, o perfil da Região Metropolitana, o perfil da Baixada Cuiabana, descobrindo-se por meio da tecnologia de ponta novas vocações econômicas, novas oportunidades econômicas; gerando-se emprego e renda por meio da pesquisa, da produção do conhecimento, da qualificação. Isso é a construção de um Estado moderno! Isso é a construção de uma sociedade moderna, evoluída e preparada para as grandes concorrências e para o mercado cada vez mais competitivo!

Então, Sr. Presidente, nobres Pares, apesar que vejo aqui a ação competente da Oposição, mas, pelo menos, no que diz respeito à Baixada Cuiabana eu tenho que reconhecer - apesar de uma crítica, de uma posição crítica pontual -, o grande feito da era Silval Barbosa.

Enquanto ouvia o Deputado Marcio Pandolfi, com a sua eloquência, criticar o Governo Silval Barbosa, principalmente na área da saúde, eu começa a listar neste papel feio e amassado alguns feitos do Governo Silval Barbosa só em Várzea Grande.

Eu não conclui, Sr. Presidente, mas veja só alguns que consegui listar: duplicação da Mário Andreazza e Guarita; VLT, onde o Centro de Controle e Manutenção ficará em Várzea Grande; transformação do Aeroporto, que não é o Governo Federal que está fazendo, não, é o Governo Estadual que assumiu para si, porque o Governo Federal não deu conta de corresponder; três escolas atrativas; implantação da UFMT; Instituto Federal; duplicação de doze quilômetros ligando a Guarita à UFMT no Chapéu do Sol; revitalização da Passagem da Conceição e do, Rota do Peixe, rota da cultura, rota da tradição da nossa região tricentenária; salvou a fundo perdido o saneamento; hoje, o PAC é uma realidade; viabilizou a gestão Wallace Guimarães com trezentos e trinta milhões de reais do PAC para debelar a grave condição do saneamento básico de Várzea Grande; dois viadutos, um no Zero Quilômetro e outro ligando a Av. da FEB à Av. Miguel Sutil; uma ponte sobre o Rio Cuiabá ao lado da tradicional Ponte Júlio Müller; uma ponte na Rodovia Mário Andreazza; Rodoanel, com duplicação só em Várzea Grande – Deputado Sebastião Rezende – de mais de dez quilômetros e uma ponte dupla sobre o Rio Cuiabá; mais de 3.000 unidades habitacionais já entregues à população e 1.500 serão entregues, ainda, este ano, ou seja, quase 5.000 unidades habitacionais; o Parque Tecnológico, que vou participar, hoje, da assinatura do Protocolo de Intenção; Distrito Industrial; Rodoviária; Curso de Medicina na UNIVAG, que foi trabalho pessoal do Governador Silval Barbosa; iluminação da estrada da Guarita.

Enfim, Sr. Presidente, nobres Pares, o Governo Silval Barbosa não titubeando, não se precipitando, seguindo firme nessa linha, melhorando, – tem que melhorar principalmente na saúde e na segurança pública -,... Não tenham dúvida que, no que diz respeito a Cuiabá e a Várzea Grande, como Governador do Estado Silval Barbosa será um dos maiores Prefeitos da história de Cuiabá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Não, como Governador do Estado! Eu estou falando certo! Como Governador do Estado, ele será um dos maiores Prefeitos da cidade de Cuiabá; como Governador do Estado, ele será um dos mais Prefeitos da cidade de Várzea Grande, pelos inúmeros serviços prestados que ele está desenvolvendo na nossa região.

Então, Sr. Presidente, nobres Pares, no que diz respeito a nossa região da Baixada Cuiabana, eu quero aqui agradecer e pedir ao Governador: não titubeie! Vamos continuar entrando no interior do Estado por meio do MT Integrado e de outros investimentos aprovados por esta Casa para que Vossa Excelência leve este novo tempo que a Baixada Cuiabana está experimentando com o advento da Copa do Mundo, mas principalmente com a determinação do Governador em realizar e concretizar investimentos sonhados há quase 300 anos pela maior, mais importante e pioneira região de Mato Grosso, que é a região da Baixada Cuiabana, onde fica a Capital do Estado.

O Sr. Ezequiel Fonseca – Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Ouço com prazer o Deputado Ezequiel Fonseca.

O Sr. Ezequiel Fonseca – Deputado Emanuel Pinheiro, apenas para dizer que Vossa Excelência, em seu discurso, tem razão. Vossa Excelência é da Baixada Cuiabana e eu respeito. Mas Mato Grosso tem 141 municípios, como é que vai ficar o interior? Nós estamos esquecidos lá. O problema é exatamente esse.

Parabenizo Cuiabá! Parabenizo Várzea Grande! Mas nós temos 141 municípios e não podemos, em detrimento dos demais, atender e entender que o Governo de Mato Grosso está ótimo, que o Governador Silval Barbosa está de parabéns, com 141 municípios, atendendo apenas a Baixada Cuiabana.

O VLT é importante? É importante. Para quem? Para os cuiabanos. Parabéns! Mas o Governo precisa olhar para o interior. Nós estamos passando o maior sufoco no interior deste Estado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Deputado Ezequiel Fonseca, eu entendo a colocação de Vossa Excelência, mas eu quero fazer uma pergunta a Vossa Excelência: Investir na Baixada Cuiabana também...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Solicito à assessoria técnica que desconte o tempo do aparte do Deputado Ezequiel Fonseca e concedo ao Deputado Emanuel Pinheiro para concluir o raciocínio.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Eu apenas quero dar sequência ao debate com o Deputado Ezequiel Fonseca, porque eu, apesar de não ser da Baixada Cuiabana, eu conheço o Estado – também tenho e tive votos e terei votos no interior do Estado também.

Mas eu quero estabelecer um debate: Nós que somos da Bancada do Governo, está 100% ruim o interior? O MT Integrado está sendo uma realidade? Ou não está sendo uma realidade? Os investimentos que o Governador tem lançado, principalmente na questão da infraestrutura, estão sendo uma realidade ou não? E vamos juntos resolver essa questão.

Nós somos base da sustentação do Governo Silval Barbosa nesta Casa. Eu estou falando como Deputado, representante da Baixada Cuiabana. E no que tange à Baixada Cuiabana, Cuiabá e Várzea Grande, nós queremos mais, merecemos mais, precisamos mais, mas eu não posso virar às costas e deixar de reconhecer que poucas vezes na história um Governador fez tanto pela minha região como o Governador Sival Barbosa.

Por exemplo, Deputado Ezequiel Fonseca, Cuiabá e Várzea Grande têm 294 anos. Ao longo de todos esses anos, quatro pontes foram construídas na nossa região: Ponte Júlio Müller; Ponte Nova; Ponte Mário Andrezza e Ponte do Coxipó.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Só o Governador Silval Barbosa vai construir três! Em trezentos anos construímos quatro! O Governador Silval Barbosa vai construir três ou quatro, eu não listei aqui...

(O SR. DEPUTADO ADEMIR BRUNETTO DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Com o apoio do Governo Federal. Sempre vai ter o apoio do Governo Federal! Isso vai ser sempre! Essa história...

(O SR. DEPUTADO ADEMIR BRUNETTO E EZEQUIEL FONSECA DIALOGAM FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Essa história é desde sempre, com apoio da Assembleia Legislativa, do Governo... Mas tem Governo! Tem um Governo!

Então, em trezentos anos, com apoio do Governo Federal ou sem apoio do Governo Federal, construímos quatro, cinco pontes interligando municípios, sonhos, esperanças, negócios e oportunidades. E com quatro, cinco anos de governo, o Governador Silval Barbosa vai construir quatro pontes!

Isso é sintomático, emblemático! Não é isso que vai resolver o problema do mundo, mas é simbólico, mostra o comprometimento, o compromisso do Governador com a região mais populosa, mais importante e pioneira do Estado.

Vamos olhar para o interior? Claro que vamos olhar e temos que olhar para o interior! Agora não podemos virar as costas para a Capital. E há muito tempo o Governo estadual precisava conversar com a região da Baixada Cuiabana.

Veio um paranaense de Borrazópolis para resgatar essa dívida social, histórica com a nossa região. Agora, vamos para o interior? Vamos! Aqui é um plenário recheado de brilhantes Parlamentares do interior do Estado, como eu também tenho uma pequena representatividade, mas tenho, no interior do Estado.

Vamos ajudar o Governador Silval Barbosa? Vamos. Agora, ajudar o Governador Silval Barbosa é pedir a cabeça de Secretário? Ajudar o Governador Silval Barbosa, e estou perguntando e não polemizando, é ficar tecendo críticas ásperas o tempo inteiro, sendo que muitas delas são mais destrutivas do que construtivas? Mas respeito também!

Ajudar o Governador Silval Barbosa é fazer uma corrente para frente, mostrando para ele os erros, concordo, temos que falar a verdade e mostrar os erros, promover os acertos e criar uma rede protetiva em torno da sociedade, criar uma rede protetiva em torno dos 141 municípios de Mato Grosso.

Se a Baixada Cuiabana, ou pelo menos Cuiabá e Várzea Grande com reflexos para a região, começa a se sentir contemplada, vamos levar esse sentimento, esse investimento, esta promoção do desenvolvimento social para todas as regiões do Estado. Nós somos autoridades constituídas; nós também tivemos votos; nós também prometemos; nós também fomos à base e dissemos que levaríamos o progresso e o desenvolvimento. Agora, não podemos justificar as nossas falhas jogando, debruçando todas as críticas sobre o Governo Estadual.

Eu acho que nós temos que ter dois pesos e duas medidas e vamos fazer crítica, sim; vamos fazer oposição, sim, é claro e é preciso no processo democrático. Agora, que possamos olhar Mato Grosso com olhos voltados para o futuro, visando exatamente à criação de um verdadeiro Eldorado, a concretização do Eldorado que marca um momento histórico no seu processo de desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, o Deputado Marcio Pandolfi.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. MARCIO PANDOLFI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, ouvindo o Deputado Emanuel Pinheiro parece que está tudo as mil maravilhas também. Então, nós temos dois extremos, mesmo que antagônico, neste Parlamento.

Porém, o Deputado não precisa do SUS, não depende do SUS para ter atendimento de saúde. Mas, eu convido o nobre Deputado a conhecer as unidades de saúde deste Estado. Fique na fila para uma UTI! Você morre! Não consegue vaga. precisa de uma ambulância do SAMU para ser removido, você morre porque ela quebra na estrada. Nem manutenção de ambulância está sendo dada nesse Governo que está mil maravilhas. Vai às escolas públicas deste Estado! Coloque o seu filho na escola pública e veja como está avançando a educação pública deste Estado! Veja se o seu filho que estudou em escola pública vai passar no vestibular da UFMT. Veja isso! Mas está as mil maravilhas.

Segurança: Andar pelas ruas tranquilamente, com jóias, correntes, o senhor consegue, Deputado?

Habitação: O que se arrecada com o FETHAB dá para fazer de vinte a vinte cinco mil casas em quatro anos. Estão fazendo duas mil, conforme o Deputado falou, com recurso do Governo do Federal. Cadê o dinheiro do FETHAB?

Há trezentos anos, como Vossa Excelência falou, foram construídas cinco pontes, mas há trezentos anos não tinha FETHAB. FETHAB faz doze anos. E esse FETHAB arrecada mais de dois bilhões de reais no mandato, Sr. Deputado! E com dois bilhões de reais dá para fazer, no mínimo, dois mil quilômetros de rodovias e isso dá para pavimentar de Cuiabá até Paranaguá.

O que fizeram até hoje com esse recurso? Por que não abre a CPI para a sociedade saber onde está indo esse recurso? Não podemos aceitar isso.

Eu sei que está tendo obras aqui por conta da Copa do Mundo, por conta do RDC, que é Regime Diferenciado de Contratação, que está vindo milhões e milhões de recursos e, inclusive, quando fomos agraciados com a Copa do Mundo o que foi dito? Que iria deixar um grande legado para sociedade mato-grossense, Cuiabá e Várzea Grande, e esse legado foi aprovado pela sociedade e por toda a classe política deste Estado.

E o que esse Governo fez? Está cortando os investimentos da Copa do Mundo por incompetência, por incapacidade. É isso que está sendo feito, senhores. Por isso, eu não me convenço desse discurso.

Tenho certeza, sim, que podemos, devemos e queremos fazer muito mais, basta esse Governo nos ouvir. Somos parceiros. Temos soluções para a saúde, sim, temos solução para a educação, sim. Mas não somos ouvidos. O Governo não quer parceria.

Quando eu digo que um quilômetro de rodovia se faz com quatrocentos a quinhentos mil reais... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Concedo mais um minuto.

O SR. MÁRCIO PANDOLFI - ...eu provo que faz.

Quando eu falo que uma casa popular se faz com quarenta mil reais, eu provo que faz. Agora, no modelo posto, não faz. Não faz. Porque esse modelo é só para empreiteira e para meia dúzia de político. Não é para a sociedade.

Vamos fazer parceria, as PPPs, Deputado, como foi feito no passado: governo, município, produtores. Você faz obra mais barata e com melhor qualidade, não como a que eu vi no Município de Ezequiel Fonseca, que nem inauguraram a obra da rodovia e já está esburacada. São obras de péssima qualidade. Não podemos aceitar isso com o nosso dinheiro suado que cada mato-grossense paga diariamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wagner Ramos, depois o Deputado Ademir Brunetto e depois o Deputado Emanuel Pinheiro.

Registro a presença das ilustres Vereadoras Suzana de Oliveira e Eliana Aparecida da Silva, do Município de Carlinda.

Em nome dos Srs. Deputados, desejo boas-vindas a esta Casa. Sejam bem-vindas, Vereadoras.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wagner Ramos.

O SR. WAGNER RAMOS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Às vezes fico até estarecido com algumas coisas que ouvimos aqui, até porque, gente, a grande realidade é que nós não podemos deixar que o palanque de 2014 acabe se antecedendo como prévias aqui na Assembleia Legislativa.

Eu falo isso porque nós somos políticos, Deputados, e o que nós discutimos é política. Todo assunto que nós discutimos é política.

O Governo Federal - eu quero começar lá em cima - vem trabalhando da melhor maneira possível para atender melhor os brasileiros, fazendo seus programas, tendo iniciativas, principalmente ajudando o Estado de Mato Grosso com um grande legado que Mato Grosso irá ter, que são essas obras da Copa do Mundo aqui em Cuiabá. Quando eu digo obras da Copa do Mundo em Cuiabá, eu digo Estado de Mato Grosso, porque quem é do interior e vem para Cuiabá sabe o que era o caos do trânsito de Cuiabá, sabe o caos que era o trânsito de Várzea Grande, sabe o caos que era o aeroporto de Várzea Grande, que inclusive foi citado como um dos piores do País, e o Governo Federal, junto com o Governo do Estado, vem trabalhando para corrigir tudo isso.

O Estado de Mato Grosso vem crescendo de uma forma muito rápida. Os municípios, ao longo do tempo, como é o caso do Município do Deputado Marcio Pandolfi, Lucas do Rio Verde, que até então era um município pequeno, pouco falado, um município que não tinha um crescimento como tem hoje, nas últimas décadas, como o município cresceu. Cresceu como Sinop cresceu, Tangará da Serra cresceu. Nos últimos quinze anos Tangará da Serra passou de sessenta mil habitantes para quase cem mil habitantes.

Nós vemos que o Estado vem crescendo, Deputado Emanuel Pinheiro, e é necessário que o Governador Silval Barbosa faça seu trabalho da forma que vem fazendo, corrigindo.

O MT Integrado, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores programas que este Estado já fez para interligar aqueles municípios que ao longo da sua vida sofreram debaixo de chão, na seca, na poeira e na lama na época da chuva.

Só quem vive lá, só quem está lá, como é o caso do Município de Porto Estrela, que fica aguardando há dezenas e dezenas de anos o asfalto chegar, que virou palanque político de todo e qualquer candidato que surgiu no Estado de Mato Grosso, e se não tiver asfaltado até 2014 virará palanque dos candidatos que vêm daqui para diante...

Então, gente, nós temos que fazer uma análise justa das coisas. O Estado de Mato Grosso... (TEMPO ESGOTADO)

Sr. Presidente, eu estava inscrito, não estava?

O Estado de Mato Grosso está crescendo, está se desenvolvendo e nós sabemos das grandes dificuldades que vêm com o crescimento. Se a cidade cresce, cresce o número de desemprego, o número de pessoas desassistidas na saúde porque, às vezes, o Poder Público é assim

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

mesmo no Brasil inteiro: não consegue acompanhar o crescimento da própria cidade, do próprio Estado, até mesmo do País.

Os municípios não conseguem, o Poder Público não consegue ter recurso suficiente para poder fazer com que isso ocorra lá embaixo, que o dinheiro da saúde - que chega um milhão de reais aqui em cima - possa chegar lá pelo menos sem cair os 30%, 40% que acredita que chegue à sociedade por causa do sistema. E esse sistema hoje tem prejudicado não Cuiabá, não Várzea Grande, não é o interior do Estado de Mato Grosso, é o Brasil! É só assistir os canais de televisão do Brasil inteiro e ver a situação hoje, ao ponto de a Presidente trabalhar com o objetivo de tentar trazer médicos do estrangeiro para tentar suprir a necessidade da saúde pública do nosso País.

Hoje, pelo sistema, para uma pessoa entrar numa Faculdade de Medicina, um pai gasta aproximadamente oito mil reais por mês para poder manter o filho no Curso de Medicina. Se brincar passa dos dez mil reais. E aí? De onde vem esse custo? O filho pobre tem condição hoje de se formar em Medicina?

São essas as diferenças que nós temos que analisar. Tudo tem dificuldade.

O FETHAB hoje, que o Deputado Marcio Pandolfi falou - sem dúvidas, Deputado, eu sou de pleno apoio a essa situação - tem que ser investido melhor; tem que ser investido melhor na questão dos recursos serem oriundos... Mas foi esta Casa que acabou prejudicando tudo isso, porque nós aqui, de certa forma, demos aval para que isso fosse feito. Então, vamos tentar corrigir; vamos tentar corrigir e trabalhar. Vamos sentar junto com o Governo e dizer: "Governo, essa situação aqui nós precisamos corrigir."

Agora, nós temos que fazer a seguinte análise: nós aqui, todos os Deputados, somos vidraças, porque nós chegamos hoje na base e somos cobrados pelas atuações parlamentares aqui. Mas entre nós aqui devemos ter o devido cuidado para não agredir o companheiro Deputado, porque todos, seja da Situação, seja da Oposição, passam por situações difíceis, por um asfalto que não veio, pela a saúde que está precária, pela falta de leito de UTI que o Estado precisa resolver e o Governador disse que vai... (TEMPO ESGOTADO)

Mais um minuto para encerrar.

O Governo nos garantiu que vai priorizar a saúde a partir de agora.

Então, é nesse ponto que nós queremos chegar, o Governo fazer esses investimentos necessários para que isso se corrija, seja feito, para que possa chegar no interior, na base.

Mas as obras que estão sendo feitas em Cuiabá e em Várzea Grande são para o Estado de Mato Grosso; não são só para a Capital, são para o Estado de Mato Grosso. E, se lembrarmos bem, Capital é Cuiabá, é a nossa Capital, é a Capital do nosso Estado de Mato Grosso. Não é no Mato Grosso do Sul, Campo Grande, não. É a Capital de Mato Grosso, de todos nós mato-grossenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Ademir Brunetto.

O SR. ADEMIR BRUNETTO - Sr. Presidente, demais Pares, aqueles que nos ouvem pela TV Assembleia Legislativa.

Eu acho que o assunto é oportuno, dois pontos de vistas bem diferentes, um sob análise crítica e outro sob análise favorável, mas precisamos reconhecer, de fato, que a Capital de todos nós é Cuiabá e merece esses investimentos. Mas não podemos esquecer a que preço que esses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

investimentos estão acontecendo para transformar isso uma glória para o Governador em caráter pessoal.

Isto está acontecendo por uma decisão de liberação de recursos do Governo Federal, que tornarão o Estado de Mato Grosso e o povo de Mato Grosso endividados por muitos e muitos anos. Toda a luta do Governador Blairo Maggi, do governo passado, para diminuir a dívida do Estado com a União foi por água abaixo agora, quando nós sabemos o quanto estamos imputando às futuras gerações as dívidas das obras que agora estão acontecendo e que vão acontecer, com certeza, no interior de Mato Grosso, mas que já sinalizam a péssima qualidade das obras que serão executadas pelo MT Integrado. E eu falava já isso há sessenta dias, quando começaram a aparecer os resultados!

E não podemos esquecer as dezenas de mortes que aconteceram em acidentes de rodovias estaduais por conta do abandono que aconteceu durante esses dois anos e meio do atual Governo, que não priorizou a recuperação das rodovias, que não investiu conforme devia ter investido na programação de recuperação.

Deputado Marcos Pandolfi, os consórcios estaduais estão sucateados! As UTIs, lá em Alta Floresta, Deputado Romoaldo Júnior, que nós tínhamos onze especialidades, hoje se reduziram a três especialidades. E as pessoas estão em ambulâncias indo e vindo e morrendo todo dia. Em Colíder, que tinha doze leitos de UTI, tem hoje três leitos funcionando. Os repasses do Estado para os municípios, aqueles que não foram pagos e que o Governo declarou que não tem condições de pagar, o saldo que ele reconhece, agora ele aprendeu a repactuar e vai pagar em oito, dez meses. Ou seja, oficializou-se o calote... (TEMPO ESGOTADO.)

Não foi diferente com o pagamento dos fornecedores do MT Saúde, uma conquista dos trabalhadores que era fundamental na sustentação e na garantia de vida aos trabalhadores que contribuem e que pagam, o Governo desconta, mas não honra o pagamento dos fornecedores. Essas questões não podem ser esquecidas.

Fazer obras é importante, mas cuidar do seu povo e da saúde desse povo é muito mais importante.

Lá em Alta Floresta, a nossa gloriosa Polícia Militar e a Polícia Civil não dão conta de atender aos assaltos, os problemas de estupros, as violências domésticas, porque não tem estrutura, não tem gente, não tem equipamento. E não é diferente em Lucas do Rio Verde, Sinop, Rondonópolis. Em Cuiabá nem se fala os assassinatos... (TEMPO ESGOTADO.)

Daí nós estamos priorizando viadutos, pontes, e permitindo que as pessoas morram nos Pronto-socorros, nos hospitais e estamos deixando a desejar.

Nós estamos torcendo para que o serviço sanitário do INDEA não tenha problema. Porque se tiver um problema sanitário no Estado de Mato Grosso, nós seremos seriamente penalizados. E o INDEA passa por sérias dificuldades. Não é diferente a EMPAER, não são diferentes outros órgãos importantes.

E que Deus nos abençoe e dê força para os servidores do INDEA, para que nós não tenhamos um foco de febre aftosa, porque aí Vossas Excelências verão uma crise sem precedentes neste Estado, porque os heróicos servidores do Estado estão segurando esta situação, mesmo sem condições de transporte, sem condições de alimentação, sem pagamento de diárias e uma série de outras coisas. Não é só maravilha, não. Vamos torcer por Mato Grosso, mas tem problema... (TEMPO ESGOTADO.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estava inscrito nas Explicações Pessoais, mas aguardei atentamente chegar a minha inscrição e várias participações, pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu inclusive tenho o objetivo de continuar aí falando sobre esta situação que nós temos vivido no Estado. Nós temos, sem dúvida alguma, muitas dificuldades a serem vencidas, dificuldades que ocorrem há décadas na segurança pública, na saúde, na educação. E, obviamente, o Governador Silval Barbosa tem tido essa preocupação e o compromisso em fazer com que essas situações sejam revertidas, Deputado Romoaldo Júnior. E nós desta Casa temos feito, inclusive, cobranças, com relação à Secretaria de Educação: os postos de transformação precisam ser feitos; reformas de algumas escolas, que, infelizmente, por questão burocrática não acontecem. São ações que precisam ser desenvolvidas!

Agora, nós temos que reconhecer que o Governador Silval Barbosa tem tido uma disposição muito forte. Cuiabá e Baixada Cuiabana obviamente merecem as obras que têm recebido, até porque, quando falamos do FETHAB, parte desses recursos são oriundos do óleo diesel. E essa era a cobrança, Deputado Emanuel Pinheiro, há muito, que o recurso do FETHAB não era disponibilizado para a Baixada Cuiabana, embora ela contribuísse muito com o FETHAB.

E no momento em que esta Casa aprovou 30% direcionado a essas obras, na realidade, o que nós fizemos aqui foi exatamente reconhecer a importância da Baixada Cuiabana e dos quase mais de um milhão de habitantes que contribuem com o FETHAB no repasse do óleo diesel.

Nós reconhecemos isso e entendemos oportuno o momento em que o então Senador e ex-Governador Blairo Maggi direcionou e trabalhou muito para que Cuiabá fosse uma das subsedes da Copa do Mundo. Isso foi extremamente importante, Deputado Emanuel Pinheiro, porque, na realidade, se nós não tivéssemos essa situação, talvez seguramente nós não estaríamos com todo esse trabalho que está sendo feito em Cuiabá e em Várzea Grande para melhorar a mobilidade urbana dessa cidade, porque realmente está transformando a nossa Capital e Várzea Grande, dando a elas o reconhecimento que efetivamente merecem. É um momento importante! É um grande legado que todo esse trabalho feito pelo ex-Governador Blairo Maggi e hoje Senador, trouxe de contribuição para Baixada Cuiabana!

O Sr. Emanuel Pinheiro - Concede-me um aparte, Deputado Sebastião Rezende?

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Vou conceder, Deputado Emanuel Pinheiro.

É um momento, Deputado Emanuel Pinheiro, em que o Senador e ex-Governador Blairo Maggi, deixou todo esse trabalho feito, e o Governador Silval Barbosa tem sido um Governador determinado em dar sequência a todos esses projetos, a fazer com que efetivamente aquilo que foi programado pudesse acontecer.

Tenho certeza, a população mato-grossense como um todo entende isso, reconhece a importância da nossa querida Capital, da Baixada Cuiabana, nesse contexto e que essas obras precisam se executadas.

É obvio que nós temos carências na área da saúde e vamos continuar a ter. A nossa população está aumentando.

Eu mesmo, Deputado Emanuel Pinheiro, tenho recebido dezenas de pedidos de UTIs. Nós temos passado isso ao Governador Silval Barbosa que já disse da sua determinação de parceria com o Prefeito Wallace Guimarães, em Várzea Grande; de parceria com o Prefeito Mauro Mendes para que nós possamos ampliar e muito as UTIs, porque é uma grande demanda. Não tem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

jeito! A alta complexidade se faz na Capital. Nós reconhecemos isso! Nós temos cirurgia de aneurisma cerebral que precisa ser feita e para isso é preciso de UTI.

Nós temos, Deputado Emanuel Pinheiro, obviamente perdido pessoas, entes queridos nossos, amigos. Isso acontece! Cirurgias cardíacas nós temos muitas e as UTIs são imprescindíveis.

Nessa conversa que nós tivemos - Vossa Excelência, também, se fez presente - com o Governador Silval Barbosa ele nos disse que está determinado a trabalhar para que o aumento de leitos de UTIs aconteça.

Em Rondonópolis, Deputado Emanuel Pinheiro, no Hospital Regional, nós temos um trabalho grandioso feito pela instituição São Camilo que deu uma guinada, melhorou e muito o atendimento do Hospital Regional, inclusive, com o compromisso de aumentar as UTIs adultas, de fazer UTIs pediátricas. Isso é importante! São ações que só podem acontecer com determinação do Governo do Estado.

Então, nós temos que reconhecer que o Governador Silval Barbosa está preocupado.

Quando ele agiu, Deputado Emanuel Pinheiro, enviou para esta Casa, obviamente com a solicitação de todos nós, esse trabalho do MT Integrado, fez com que todos os municípios que, ainda, não estão com pavimentação asfáltica interligando pudessem tê-la. Isso foi algo grandioso, marcante!

Eu estive, agora, Deputado Ezequiel Fonseca, em Alto Taquari e disse lá do trabalho que nós temos aqui de recuperação - isso vai acontecer com determinação lá na região oeste do Estado - dos pavimentos que é uma demanda. Não cabe mais tapa-buraco. A MT-100 não aguenta tapa-buraco, assim como a MT que liga Caramujo a Salto do Céu não resisti.

Então, essas determinações estão feitas, os projetos estão em andamento. Nós contribuimos para que isso pudesse ocorrer, para que o Governo pudesse fazer esse empréstimo e essa recuperação pudesse acontecer. Estamos todos nós trabalhando nesse sentido para que essa recuperação aconteça.

É algo grandioso, Deputado Ezequiel Fonseca!

Quando nós em Alto Araguaia conversamos com algumas pessoas a expectativa de ver a ordem de serviço, Deputado Emanuel Pinheiro, de ver essa obra iniciada...

Já concederei um aparte a Vossa Excelência, Deputado Emanuel Pinheiro. Eu gostaria que Vossa Excelência ocupasse a tribuna para apartear-me.

Então, Sr. Presidente, Deputado Romoaldo Júnior, é algo grandioso a expectativa da população de ver a MT-100 pavimentada, ligando Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu. É algo quase que inimaginável. A população já havia perdido a esperança de ver essa pavimentação acontecer.

Agora, dia 30, há a ideia de que o Governador Silval Barbosa irá lá, depois de muitos anos sonhando, para dar a ordem de serviço às empresas que executarão essas obras ali.

Eu fico imaginando a redenção daqueles pequenos municípios, Deputado Romoaldo Júnior, que terão a vinda de toda produção da região do Araguaia, que é o novo eldorado agrícola. Poderá ir até o Porto que está em Alto Araguaia e essa região toda se desenvolverá. Municípios que estavam esquecidos, como Torixoréu, que para poder ir a Barra do Garças passa por Goiás; município como Ponte Branca precisa passar por Goiás, porque fica intransitável principalmente no período de chuva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Agora, com essa pavimentação asfáltica interligando Barra do Garças a Alto Araguaia, não tenho dúvida, todos esses pequenos municípios passarão por desenvolvimento. Eles terão desenvolvimento nas suas regiões, investimentos irão acontecer. Ninguém investe onde não tem energia e onde não tem pavimentação asfáltica.

Então, isso é trabalho feito! Nós temos que reconhecer o trabalho do Governador Silval Barbosa! Nós não podemos, em nenhum momento, ser injustos aqui. Temos dificuldades? Temos! Mas nós tivemos avanços! Estamos tendo avanços e continuaremos ajudando o Governador Silval Barbosa a fazer com que esses investimentos que esperamos na saúde, na educação e na segurança pública efetivamente aconteçam.

Sr. Presidente, inclusive, nós temos formas de ajudar o Governador Silval Barbosa...(TEMPO ESGOTADO)...

Conversando, inclusive, com o Secretário Marcel Souza de Cursi eu indaguei o quanto o Governo do Estado tem perdido com a renúncia fiscal. E a renúncia fiscal quando desonerou, em algum período, há uns três, quatro anos, cinco anos de impostos os agrotóxicos que, hoje, têm taxa zero de ICMS... Essa desoneração trouxe uma renúncia fiscal, uma perda, por informação do Secretário Marcel, na ordem de cento e oitenta milhões de reais.

Recurso, Deputado Ezequiel Fonseca, que poderia ser investido na saúde.

Então, é o trabalho desta Casa! Nós podemos abraçar essa causa e fazer com que esse dinheiro seja investido na área da saúde, da educação, na segurança pública, porque, ao longo desse período, os produtores rurais, especialmente os produtores de grãos, têm tido um ganho significativo. Tenho certeza que todos eles têm o entendimento de que essa desoneração do agrotóxico a taxa zero do ICMS tem sido significativa e tem trazido perda ao Estado de Mato Grosso.

No momento que voltarmos a cobrar o ICMS na taxa que deve ser cobrada, no percentual que deve ser cobrado, nós poderemos reconquistar esse recurso da ordem de cento e oitenta milhões de reais e, talvez, amarrar isso seguramente para que seja investido na construção, Deputado Emanuel Pinheiro, de mais UTIs, porque é uma grande demanda deste Estado, tem sido um grande gargalo do Estado e não só na Capital do Estado, mas em regiões de cidades-polos como Sorriso, Alta Floresta, Colíder, Rondonópolis, Água Boa, municípios que trabalham também a média complexidade.

Então, fica aqui a minha fala, reconhecendo a importância da nossa querida Baixada Cuiabana e como são justos os investimentos que estão sendo feitos aqui.

Deputado Emanuel Pinheiro, Vossa Excelência sabe do carinho que tenho por Vossa Excelência... Infelizmente, não foi possível o tempo, mas Vossa Excelência fala sempre a qualquer hora na tribuna.

O Sr. Emanuel Pinheiro – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, pela Ordem, o ilustre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência e telespectadores da TV Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, nós sabemos que no jogo político, na articulação, na encenação política é necessário, sempre houve e sempre haverá Governo e Oposição. E, às vezes, quando a Oposição não tem argumentos, ela precisa criar argumentos, criar fatos, factóides, para que possa justificar uma atuação parlamentar, uma atuação legislativa. E é dessa forma que nós vemos a atuação de Parlamentares ao longo do tempo e ao longo dos anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Deputado Wagner Ramos e o Deputado Sebastião Rezende, com muito equilíbrio, colocaram os pingos nos “is”, mostrando exatamente os feitos do Governo do Estado, desde Blairo Maggi a Silval Barbosa, para a Baixada Cuiabana. Evidentemente, existem demandas e existem ausências que precisam ser supridas e que estamos todos aqui para trabalhar nesse sentido.

Agora, querer tapar o sol com a peneira com discurso evasivo, com discurso pirotécnico, apenas para tentar justificar o injustificável, é tentar torcer para quanto pior, melhor. E tem pessoas que torcem para quanto pior, melhor.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que tem muitas pessoas, aliás, a minoria, mas tem pessoa que faz oposição, que está torcendo para que não inaugure nenhuma obra da Copa ou para que, se inaugurar um viaduto, o viaduto caia, desabe e gere uma grande repercussão nacional; que desabe uma parte da arquibancada da Arena Pantanal; que não entregue as obras em tempo para dizer: “Eu não falei? Eu não disse? Quanta incompetência! Quanto relaxamento! Quanto desleixo!” Ou seja, não aceitamos, mas procuramos entender que é necessário, até para sobrevivência política de alguns, tentar se polemizar mesmo diante de fatos incontestáveis.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de falar com relação à habitação.

A habitação, hoje, só no Governo Silval Barbosa já foram entregues 14.300 unidades e estão em andamento para serem entregues, até o final do ano que vem, cerca de 30.000 unidades. Ou seja, mais ou menos 43.500 unidades no Governo Silval Barbosa, que representa quase o dobro do que o Deputado Marcio Pandolfi disse aqui na sua matemática que o Governo deveria fazer em habitação com recursos do FETHAB.

Infelizmente, ele não está aqui para ouvir, então, eu vou medir as palavras para, num debate sadio e salutar, possamos mostrar: Que o interior precisa? Precisa! Que temos que chegar logo com o PROINVEST? Temos! Que temos que consolidar o MT Integrado? Temos! E o Governo Silval Barbosa está fazendo isso, está preparando isso e na Baixada Cuiabana temos demandas que precisam ser atendidas.

Precisamos melhorar na Saúde, sim! Na Segurança Pública, sim! Mas, jamais, Sr. Presidente, vamos deixar de reconhecer os grandes feitos do Governo Blairo Maggi e agora do Governo Silval Barbosa para a tricentenária região da Baixada Cuiabana, onde reside 35% também de Mato Grosso. São esses brasileiros que aqui estão que necessitam do apoio e da prioridade do Poder Público.

Quanto aos demais investimentos aqui e no interior, nós vamos continuar a nossa luta; nós vamos continuar a nossa atuação, a nossa fiscalização e a nossa legítima pressão política para que os compromissos de campanha se tornem realidade e possamos ajudar o Governo Silval Barbosa a ser o Governo da Capital e do interior, da região metropolitana e dos mais distantes municípios de Mato Grosso, porque somos mato-grossenses e ajudamos a construir este Estado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Gostaria de cumprimentar e registrar a presença nas galerias dos ilustres Vereadores Ivan Marion e Elgimar Rodrigues, do Município de Alto Taquari.

Em nome dos Srs. Deputados, desejo boas-vindas aos senhores!

Com a palavra, o ilustre Deputado Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, acabei de receber a comunicação - como Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – do Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado de Mato Grosso, Alan Zanatta, que, de fato, foi uma falha da Assessoria da Secretaria o não encaminhamento da Carta-Consulta da empresa Havan àquela Secretaria ao

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Ofício que foi entregue à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e apresentado na reunião de ontem.

Ele me comunica, também, que já foi apresentado à CCJR, já foi entregue a nossa assessoria cópia completa do processo da HAVAN, inclusive, obviamente a Carta-consulta. Portanto, já está disponível aos Srs. Deputados, especialmente ao Deputado Ademir Brunetto.

Logo após o encerramento da Sessão, nós vamos verificar e vamos já providenciar a produção de cópia para ser entregue aos membros da Comissão para o conhecimento e também a todos Deputados e Deputadas que tiverem interesse em consultar essa documentação.

Então, agradecemos ao Secretário Alan Zanatta, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que foi, na pressa de atender a solicitação desta Casa, a ausência da juntada da Carta-convite, e, depois, a presteza em também apresentar a documentação hoje, ainda, que poderá ser consultada pelos Deputados.

Eu assisti atentamente as manifestações dos Deputados, desta tribuna, em relação ao desempenho do Governo do Estado, e, a meu ver, há essa falsa polêmica em que se tenta estabelecer, obviamente, com fins políticos, que é natural, somos seres políticos, mas, infelizmente, também com horizontes eleitorais que acabam, a meu ver, por retirar a legitimidade da crítica dessa falsa polêmica entre Capital e interior em razão da Copa do Mundo.

Parece-me a mesma polêmica, essa não tão falsa, estabelecida pelos grandes centros, especialmente o eixo Rio/São Paulo em relação ao restante do País, em razão da Copa do Mundo, em razão de um conjunto de outras medidas, que vêm sendo realizadas, no sentido de buscar contemplar o conjunto do País com investimentos.

Eu me lembro que quando o ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, apresentou e aprovou o Programa dos Pontos de Cultura e, com isso, uma política de descentralização dos recursos para que o interior do País, especialmente o Centro-oeste, Norte e Nordeste também pudessem acessar as verbas públicas de cultura, houve uma chiadeira generalizada que ainda não cessou. Até hoje nós temos segmentos culturais que reclamam que a indústria cultural brasileira foi atingida por conta do investimento na cultura popular.

Li na *Folha de São Paulo* hoje uma crítica com o mesmo objetivo, para dizer que nós, e também a Região Norte, não teríamos condições de receber tantos investimentos públicos na construção de estádios e de outras obras para sediar a Copa do Mundo porque os nossos campeonatos não têm público, registra inclusive que o público pagante do último campeonato mato-grossense seria insuficiente inclusive para lotar a nova Arena Pantanal.

É verdade!... (TEMPO ESGOTADO) Mas por que isso acontece?

O que está acontecendo, Sr. Presidente? Eu não tinha dez minutos? Estou sendo interrompido...

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - O Deputado Alexandre Cesar estava registrado nas Explicações Pessoais com o tempo de dez minutos.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Eu tinha dez minutos, agora o cronômetro foi zerado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Alexandre Cesar, Vossa Excelência dispõe de... Mesmo assim, o Deputado dispõe de três minutos porque a Sessão se encerra ao meio dia.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Estamos a seis minutos do meio dia.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito que a pessoa responsável pelo som registre o tempo do Deputado e conceda o prazo no período até o meio dia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Obrigado, Sr. Presidente.

É essa mesma lógica que me parece, por vias transversas, traz essa discussão à Assembleia Legislativa.

Durante anos consecutivos os recursos do FETHAB foram investidos quase que exclusivamente, Sr. Presidente, no interior do Estado, de forma correta, para poder fazer os investimentos que o interior do Estado precisa.

Cuiabá, demandando grandes investimentos há bastante tempo em mobilidade urbana, em infraestrutura, em educação superior - discutimos recentemente a questão da UNEMAT - ficou aguardando a correção dessas desigualdades.

Tivemos a oportunidade de trazer para cá um megaevento: a Copa do Mundo. Para isso é necessário fazer investimentos que vai, sim, melhorar a vida dos cuiabanos, dos várzea-grandenses, mas é o patrimônio do povo de Mato Grosso. Ou Cuiabá não é a capital do Estado? Para onde demandam serviços todos os municípios mato-grossenses. Afinal, não é possível ter toda infraestrutura nas mais diversas áreas, todos os serviços nas mais diversas áreas e em todos os municípios.

É preciso haver gradação, priorização. Não dá para ter ressonância magnética em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, não dá para ter tomografia em todos os municípios de Mato Grosso, não dá para termos nos hospitais de alta complexidade em todos os municípios de Mato Grosso. É preciso priorizar, focar e organizar. Aí, reconheço e admito a crítica que tem sido feito, que é correta, é preciso avançar. Temos problemas graves na questão da saúde pública que demandam gestão, demandam recursos, mas demandam principalmente gestão.

Agora, não posso admitir o discurso do quanto pior melhor também, porque é injusto com o papel que vem sendo desempenhado por cada um dos protagonistas desses processos, dos governos anteriores e desse governo, que têm contribuído na construção de um Estado que possa garantir oportunidades, possa garantir serviços para todos.

Não dá para acreditar e apoiar um discurso que desqualifica, não o Governo, mas desqualifica todos os serviços públicos prestados no Estado de Mato Grosso, dizendo que tudo esta ruim.

Portanto, Sr. Presidente, encerrando, registro aqui que este debate é o debate desta Casa. Infelizmente não temos tido *quorum* para poder deliberar desde a Sessão de ontem, mas pelo menos os debates tem sido produtivos, é o debate que a sociedade mato-grossense quer ouvir, é o debate que a sociedade mato-grossense tem feito e é a responsabilidade desta Casa. Acredito que com o debate todos avançam, com as críticas todos avançam.

Registro aqui, em primeiro lugar, essa comunicação do Secretário Alan Zanatta, e, por fim, a nossa compreensão que essa falsa polêmica que se pretende estabelecer não pode pendurar e os investimentos que estão sendo feito em Cuiabá e também estão sendo feito no interior são investimentos para todos nós, não só para aqueles que aqui vivem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JUNIR) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para o período vespertino desta quarta-feira, no horário regimental

Agradeço a presença dos Srs. Deputados.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República - Emanuel Pinheiro, João Malheiros, Mauro Savi, Nininho, Sebastião Rezende e Wagner

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MAIO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Ramos; da Bancada do Partido Social Democrático - Airton Português, José Domingos Fraga, Riva, Pedro Satélite e Walter Rabello; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Tetê Bezerra, Baiano Filho e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido Progressista - Dr. Antônio Azambuja e Ezequiel Fonseca; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Ademir Brunetto e Alexandre Cesar; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Marcio Pandolfi; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Luciane Bezerra; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Luiz Marinho.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Hermínio J. Barreto (EM MISSÃO OFICIAL), do PR; Dilmir Dal Bosco, do DEM e Guilherme Maluf (LICENÇA MÉDICA), do PSDB.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.